

IN ESSEG

Estudo do Setor da Segurança Privada





Sumário

EXPEDIENTE	4	5.15 – INVESTIMENTOS EM TREINAMENTO.....	74
PALAVRA DO PRESIDENTE	6	INVESTIMENTOS EM TREINAMENTO POR REGIÃO.....	74
1– INTRODUÇÃO	11	5.16 – ASSISTÊNCIA MÉDICA.....	76
1.1 – OBJETIVO DA PESQUISA.....	12	PAGAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA POR REGIÃO.....	76
1.2 – METODOLOGIA BÁSICA.....	12	5.17 – SEGURO DE VIDA.....	78
1.3 – SETORES ABRANGIDOS POR ESTE ESTUDO	12	PAGAMENTO DE SEGURO DE VIDA POR REGIÃO.....	78
2 – ANÁLISE GLOBAL DO MERCADO	13	OUTROS DADOS DE RELEVÂNCIA PARA O SETOR	80
2.1- CRESCIMENTO DO MERCADO	14	DESPESAS OPERACIONAIS POR REGIÃO.....	80
2.2- TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES.....	20	5.19 – ARMAS LETAIS.....	82
2.3- AMEAÇAS	22	5.20 – MUNIÇÕES.....	84
3 – “UM SETOR QUE TEM PESO NO PIB E NO PEA, MAS NÃO TEM VOZ JUNTO AO GOVERNO”	25	5.21 – CARROS FORTE.....	86
4 – A SEGURANÇA PRIVADA NO MUNDO	33	DISTRIBUIÇÃO DOS CARROS FORTE E VEÍCULOS LEVES DE TRANSPORTE POR REGIÃO.....	86
- EUROPA.....	35	DISTRIBUIÇÃO DOS CARROS FORTE POR REGIÃO – 2013 X 2012.....	88
- AMÉRICA LATINA E ARGENTINA.....	38	DISTRIBUIÇÃO DOS CARROS FORTE POR ESTADO – 2013 X 2012.....	90
5 – NÚMEROS DO SETOR	39	EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE CARROS FORTE POR REGIÃO – 2005/2013.....	91
5.1 – NÚMERO DE EMPRESAS.....	42	5.22 – VEÍCULOS PARA ESCOLTA ARMADA E USO GERAL.....	92
DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR REGIÃO.....	42	DISTRIBUIÇÃO DOS VEÍCULOS POR REGIÃO.....	92
5.2 – NÚMERO DE TRABALHADORES NO SETOR	44	5.23 – CURSOS DE FORMAÇÃO.....	94
ESTIMATIVA DA DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR REGIÃO.....	45	DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE CURSOS DE FORMAÇÃO POR REGIÃO – 2005/2013.....	94
5.3 – FATURAMENTO DO SETOR.....	48	6 – METODOLOGIA UTILIZADA	97
FATURAMENTO POR REGIÃO.....	48	6.1 – NÚMERO DE EMPRESAS NO SETOR.....	98
5.4 – COMPARATIVO DO NÚMERO DE EMPRESAS, TRABALHADORES E FATURAMENTO, POR REGIÃO, EM %.....	50	6.2 – NÚMERO DE EMPREGADOS NO SETOR.....	98
EMPRESAS.....	51	6.3 – FATURAMENTO DO SETOR.....	99
5.5 – RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS FEDERAIS.....	54	6.4 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS, TRABALHADORES E FATURAMENTO, POR REGIÃO.....	99
RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS FEDERAIS POR REGIÃO.....	55	6.5 – RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS FEDERAIS.....	100
5.6 – RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	56	6.6 – RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	101
RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS MUNICIPAIS POR REGIÃO.....	57	6.7 – MASSA SALARIAL PAGA PELO SETOR.....	101
5.7 – MASSA SALARIAL PAGA PELO SETOR.....	58	6.8 – RECOLHIMENTO PARA O FGTS.....	102
MASSA SALARIAL PAGA PELO SETOR POR REGIÃO.....	59	6.9 – RECOLHIMENTO PARA O INSS, “SISTEMA S” ETC.....	102
5.8 – RECOLHIMENTOS PARA O FGTS.....	60	6.10 – INDENIZAÇÕES.....	102
RECOLHIMENTOS PARA O FGTS POR REGIÃO.....	61	6.11 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS.....	102
5.9 – RECOLHIMENTOS PARA O INSS, “SISTEMA S” ETC.....	62	6.12 – PAGAMENTO DE BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO.....	102
RECOLHIMENTOS PARA O INSS, “SISTEMA S” ETC. POR REGIÃO.....	63	6.13 – PAGAMENTO DE VALE TRANSPORTE.....	103
5.10 – INDENIZAÇÕES.....	64	6.14 – CONSUMO DE UNIFORMES.....	103
PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES DIVERSAS POR REGIÃO.....	64	6.15 – INVESTIMENTOS EM TREINAMENTO.....	103
5.11 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS.....	66	6.16 – ASSISTÊNCIA MÉDICA.....	103
RECOLHIMENTOS DE OUTROS ENCARGOS SOCIAIS POR REGIÃO.....	66	6.17 – SEGURO DE VIDA.....	104
5.12 – PAGAMENTO DE BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO.....	68	6.18 – DESPESAS OPERACIONAIS.....	104
PAGAMENTO DE BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO POR REGIÃO.....	68	6.19 – ARMAS LETAIS.....	104
5.13 – PAGAMENTO DE VALE TRANSPORTE.....	70	6.20 – MUNIÇÕES.....	104
PAGAMENTO DE VALE TRANSPORTE POR REGIÃO.....	70	6.21 – CARROS FORTE.....	104
5.14 – CONSUMO DE UNIFORMES.....	72	6.22 – VEÍCULOS PARA ESCOLTA ARMADA E USO GERAL.....	105
CONSUMO DE UNIFORMES POR REGIÃO.....	72	6.23 – CURSOS DE FORMAÇÃO.....	105
		6.24 – FONTES DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS NESTE ESTUDO.....	105
		7 – A FENAVIST - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES.....	107

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE NACIONAL

Odair Conceição

VICE-PRESIDENTE NACIONAL

Jeferson Furlan Nazário

VICE-PRESIDENTES

Ricardo Roland Rocha, Lauro Santana Silva, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Leonardo Ottoni Vieira, Mauro Freire de Carvalho Oliveira, Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio, Shirley de Medeiros Braulino, Salmen Kamal Ghazale, Pedro Cruz de Souza, Lélvio Vieira Carneiro, Gutemberg Araujo Lima, Wilson da Costa Ritto Filho, Franciele Nazário Vieira, Ivan Hermano Filho, Ivan Hermano, Francisco Lopes, José Raimundo Salles de Oliveira, Leonardo Cavalcanti Prudente, Orlando Lamounier Paraíso Júnior, José Helder de Souza Andrade, Patrício Valverde de Moraes Neto, Edson da Silva Torres, Adriana Aparecida de Quadros, Antônio Vasco Pereira Filho, Iana Gizelle de Freitas Chaves, Lenio Vieira Carneiro, Carmen Suzana Menezes Santana Silva, Victor Saeta de Aguiar, Jaldo Machado Mendes, Sebastião Divino de Souza, Márcia Alves de Paiva Torres, José Elcino Rodrigues Bueno, Marcus Antonio da Silva Guidio, Ernani Luiz de Miranda, Odílio de Franca Filho, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Marcos Cardim, Francisco de Assis Moura, Jerfferson Simões, Augusto Farias, Wanderley Aranha, Jefferson Marques de Quadros, José Pacheco Ferreira, Vivaldi Pereira Rodrigues, Leonardo Vieira, Jerri Bertoni Macedo, Edgar Segato, William Benfica Silva, Damaris Angélica Ribeiro, Carlos Escobal, Paulo Sérgio Macedo.

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS

Renê Rodrigues de Mendonça Filho, José Rossini Araújo Braulino, Irenaldo Pereira Lima, Manoel dos Anjos Almeida, Sandro Mauricio Smaniotto, Joseph Ribamar Madeira, Francisco Schubert Martins Costa, Fabrício Leandro de Souza, Nilson Villa Verde Coelho de Magalhães, Rogério Bueno de Queirós.

CONSELHO FISCAL

Luiz Alfonso Fregulia, Carmo Camargo, Ruy Barbosa Baptista Júnior, André Luiz Costa Machado, Odailton José de Souza, Livino Rodrigues de Queiroz Júnior.

DELEGADOS REPRESENTANTES

Odair de Jesus Conceição, Jeferson Furlan Nazário, Salmen Kamal Ghazale, Edson da Silva Torres.

CONSELHO DE EX-PRESIDENTES

Eunício Lopes de Oliveira, Lélvio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões.

FENAVIST

Equipe: Ana Paula dos Santos Queiroga, Francisca Lisboa da S. Portela, Luciana Fernandes Lopes da Silva Ribeiro, Maria Francisca Lisboa da Silva, Maria Sandra Angelino; Natália Oliveira Alves; Rafaela Barbosa de Souza.

LAYOUT E ARTE FINAL

Ricardo Bermudez

IMPRESSÃO

Athalaia Gráfica e Editora

TOP MARKETING CONSULTORES

Pedro Luiz Paulucci

Este estudo foi produzido pela Top Marketing Consultores especialmente para a FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, e não pode ser reproduzido sem sua expressa autorização.

(Junho/2014)

Palavra do Presidente

A Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada – Fenavist, completa neste ano seus 25 anos de atuação no país. Na época da sua criação (março/1989), entre tantos desafios, um dos grandes era atuar de forma incisiva e intransigente, para a sedimentação e cumprimento da Lei nº 7.102/83 do Ministério da Justiça, que rege a atividade de segurança privada, ainda que houvesse muitas dúvidas sobre sua aplicação. Também outros desafios como o respeito aos contratos, reajustes de preços dos serviços, busca pelo reconhecimento do seu trabalho junto aos órgãos governamentais e autoridades públicas.

No Brasil a Segurança Privada teve o seu mercado formal sedimentado na década de 60, quando grupos para financiar ações contra o regime militar iniciaram assaltos a bancos. Foi o trabalho contí-

nuo, iniciado com a formação das empresas e aos poucos da sua organização em um Sistema Confederativo que conferiu representatividade do setor à Fenavist que confirmou sua credibilidade e proporcionou ser reconhecida, através do seu trabalho ético e com excelência, por meio de propostas de ações conjuntas com o poder legislativo e os demais poderes governamentais.

Para o pleno desenvolvimento das ações necessárias é preciso ter informações concisas sobre como está se desenvolvendo o Setor da Segurança Privada no país. O Estudo do Setor da Segurança Privada (ESSEG) é um destes instrumentos que traz o Raio X do setor e, em sua construção, elaboração minuciosa e detalhada sobre a área de segurança privada do país, reúne dados gerais do setor que irão proporcionar ao segmento, autoridades,

órgãos públicos, imprensa e sociedade em geral, informações de referência sobre os setores da atividade em vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação de vigilantes.

Em 2004, a Fenavist traçou um panorama da segurança privada com o lançamento do I ESSEG - que fez um balanço do mercado ao revelar ao governo e sociedade as diretrizes e princípios construídos por meio de um trabalho técnico e político da segurança privada. O estudo foi amplamente aceito e trouxe grande conceito de modernização e inovação ao segmento. Em 2005 foi lançado o II ESSEG. Nesse trabalho, a Federação pôde avançar ainda mais e ousar como instituição representativa sindical, produtora de informações para o segmento de segurança privada. Neste ano de 2013 o III ES-

SEG trouxe números atuais que refletem o cenário político econômico que estamos vivendo, incluindo também uma análise global do mercado, com as principais ameaças ao segmento, a estruturação da segurança privada no mundo e informações sobre a evolução da terceirização no Brasil.

Nesta nova atualização de 2014, dez anos após a primeira edição, podemos observar através dos dados um fortalecimento da terceirização, à despeito de todos os movimentos contra a mesma. O capítulo 3 “Um setor que tem peso no PIB e no PEA, mas não tem voz junto ao governo” do nosso grande parceiro Deputado Laércio Oliveira, trata de forma direta e simples sobre a enorme importância do setor de serviços para o país e da regulamentação da Lei 4330/04 que é a esperança da segurança jurídica a empresários e trabalhadores nas contratações.

O estudo demonstra que houve um crescimento significativo do setor da segurança privada no Brasil na última década em 68%, em número de empresas para 2013. Estima-se que essas empresas movimentaram no Brasil cerca de R\$ 43 bilhões/ano, empregando formalmente cerca de 706,5 mil trabalhadores. Onde a Região Nordeste tem apresentado ano a ano um crescimento no cenário nacional.

Um outro aspecto importante e que já vinha sendo alertado é quanto ao impacto da Lei 12740/12, regulamentada um ano após, em 03/12/2013, após um árduo trabalho desta entidade, onde muitos estados pressionados por suas bases laborais e contrários à orientação da Federação, acabaram por ceder antecipadamente os 30% do adicional de periculosidade, gerando assim encargos não previstos, o que fez com que houvesse uma significativa diminuição

no número de trabalhadores contratados no ano em algumas regiões, como aponta a Região Sul.

O ano de 2013 e o início de 2014 também foram marcados pela continuidade de inúmeras ações, entre elas o esforço junto ao Congresso Nacional para a aprovação do Estatuto da Segurança Privada; intensificação de ações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego para buscar soluções definitivas para questões como a Jornada 12x36, Menor Aprendiz e Portador com Deficiência; parcerias junto ao Departamento de Polícia Federal contra clandestinidade, que gera um perigo real à sociedade e impacta diretamente na idoneidade de empresas sérias do segmento; junto ao Ministério Público do Trabalho para o cumprimento do respeito à ordem cronológica dos pagamentos, em atendimento ao quanto previsto no art. 5º da Lei 8.666/93, entre outros.

E, para poder acompanhar as mudanças, o desenvolvimento e crescimento contínuo da atividade, este ano apresentamos ao público a publicação da quarta edição do Estudo do Setor de Segurança Privada (IV ESSEG). Estudo este que proporciona uma visualização ampla das mudanças do mercado e do ambiente, favorecendo uma melhor estratégia do setor em sua organização e desenvolvimento de metas, e promovendo a sua inovação contínua.

Desejo a todos uma ótima leitura e invoco o saudoso Rui Barbosa, para lembrar que: "SÓ É DIGNO DOS SEUS DIREITOS QUEM LUTA POR ELES".

Odair Conceição
Presidente Nacional da Fenavist



VISÃO

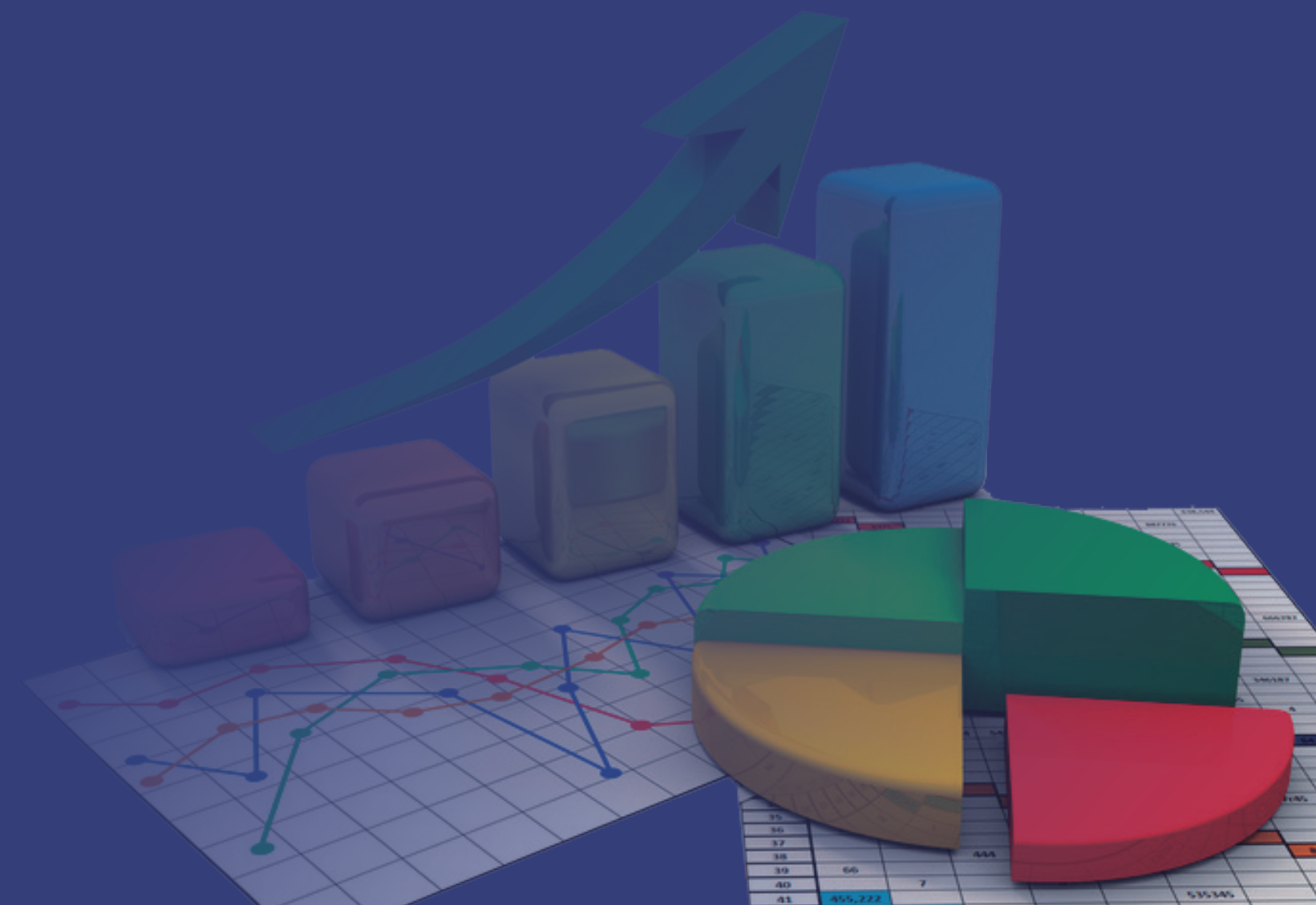
“Liderar a comunidade empresarial do setor de Segurança Privada, de Transporte de Valores, e de Cursos de Formação do Estado de Goiás, atuando com reconhecida influência no desenvolvimento do Estado.”

MISSÃO

“Assegurar às empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores, e de Cursos de Formação do Estado de Goiás as melhores condições para gerarem resultados positivos e contribuir para o desenvolvimento da categoria representada”.



1. Introdução



1. Introdução

1.1 – OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo deste estudo é oferecer aos sindicatos, diretores, associados, empresários do segmento, estudiosos, contratantes, órgãos reguladores e fiscalizadores, imprensa, entidades de classe e sociedade, dados sobre o setor que possam ser utilizados como referência no relacionamento com o governo, o mercado e os meios de comunicação em geral. Também atualiza os dados do III ESSEG, realizado em 2013, com dados de Dezembro/2012.

Fornecer ainda uma referência do peso do setor na economia nacional e da sua posição como importante empregador de mão de obra e pagador de impostos.

1.2 – METODOLOGIA BÁSICA

As informações necessárias à elaboração deste estudo foram obtidas à partir de dados oficiais,

principalmente da Polícia Federal, nos Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, no Diário Oficial da União, nos Acordos Coletivos Estaduais e nos Boletins e Estatísticas da Fenavist, produzidos com informações destas mesmas fontes. Como fontes de informações qualitativas, foram utilizados questionários enviados aos Sindicatos e Empresários do setor.

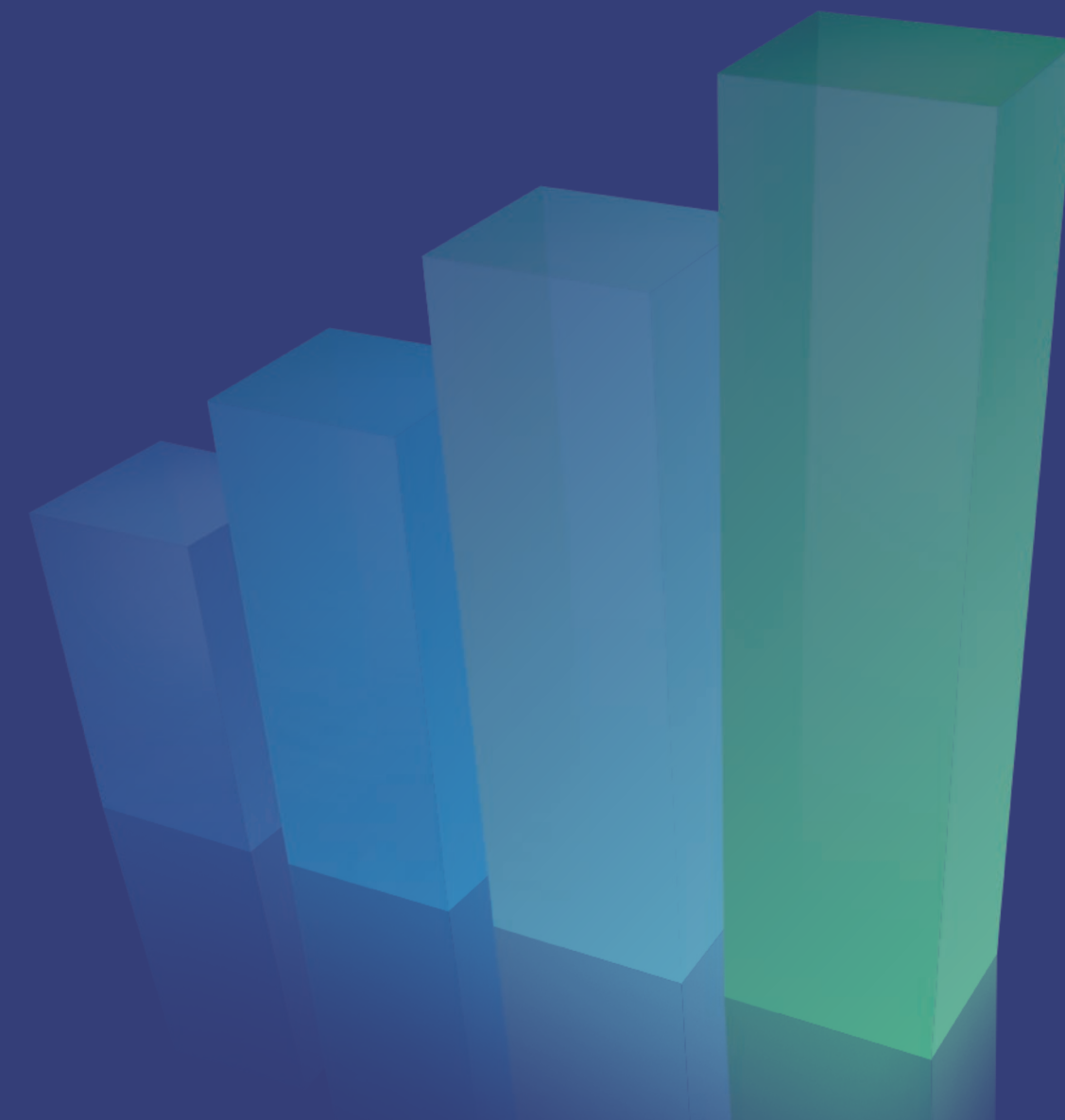
Todos os dados e estimativas deste estudo referem-se ao ano de 2013.

Maiores detalhes da metodologia e dos cálculos utilizados neste estudo estão informados no capítulo 6.

1.3 – SETORES ABRANGIDOS POR ESTE ESTUDO

Este estudo abrange os setores que são representados pela Fenavist, com foco na Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada, Segurança Pessoal e Cursos de Formação de Vigilantes.

2. Análise Global do Mercado



2. Análise Global do Mercado

Estima-se que em 2013 as 2.392 Empresas de Segurança e Transporte de Valores movimentaram no Brasil cerca de R\$ 43,5 bilhões, empregando formalmente entre 685 e 706 mil trabalhadores, entre eles, de 625 a 645 mil vigilantes.

De acordo com dados da Polícia Federal, e como em quase todos os mercados no País, a Região Sudeste concentra a maior parte das empresas de segurança privada, com quase 43% delas e 48,7% dos trabalhadores do setor.

Tradicionalmente os maiores mercados para o setor da segurança privada no Brasil (e no mundo) são os Bancos e o Setor Público, que nas esferas Federal e Estadual já é quase que 100% terceirizado. Em algumas regiões do País, como no Norte e Nordeste, a dependência do Setor Público é muito grande, trazendo uma desvantagem estratégica para as empresas locais, que ficam muito dependentes de um único segmento tomador dos seus serviços de segurança. Por outro lado observam-se

nestas mesmas duas regiões uma forte aceleração no movimento de terceirização dos serviços de segurança, que ao longo do tempo vai aliviar a dependência do Estado.

2.1- CRESCIMENTO DO MERCADO

- Trabalhadores: Na Região Centro-Oeste e na Região Norte o otimismo captado na pesquisa anterior se materializou no crescimento do número de trabalhadores contratados pelo setor, confirmando o fortalecimento da terceirização do setor. Como veremos mais à frente estes números positivos não se materializaram em crescimento real do faturamento.

A Região Nordeste se destaca nos números. Ocupando hoje a 2ª posição em faturamento e no número de trabalhadores e a 3ª no número de empresas, esta região vem apresentando crescimento na sua participação nacional, ano após ano. Com 18,8% do total de empresas em 2012, atingiu 19,6%

em 2013, devendo superar a Região Sul ainda em 2014, passando a ocupar a 2ª posição também neste quesito.

Juntamente com o Nordeste, a Região Sudeste apresentou estabilidade no número de trabalhadores, porém com panoramas diferentes entre os 4 Estados que compõe esta última.

Na Região Sul houve uma redução no número de trabalhadores ativos de quase 19% em 2013 sobre 2012.

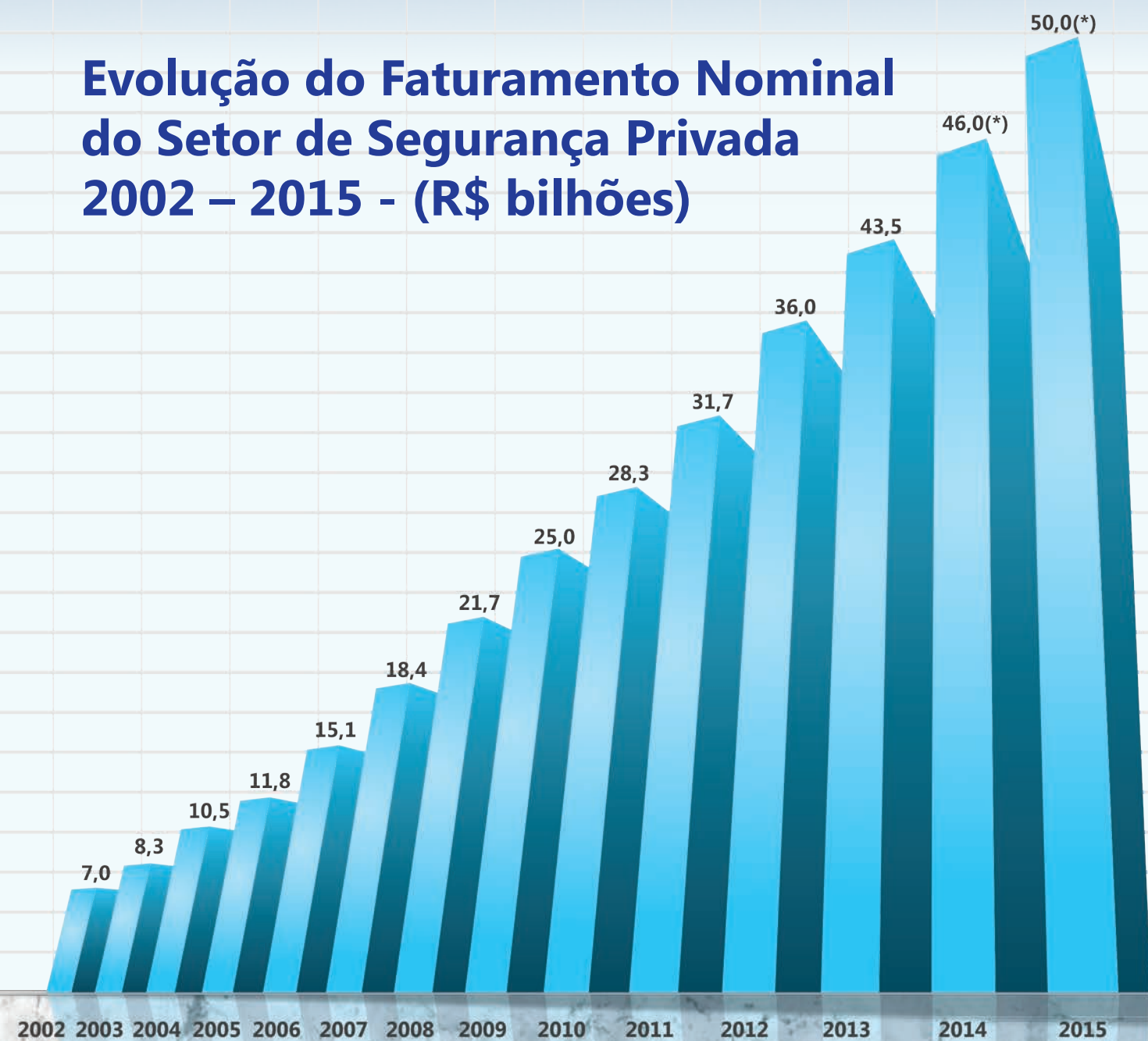
- Os motivos: Empresários e Dirigentes do setor creditam a redução no número de trabalhadores à perda ou redução de contratos causada pelos aumentos dos custos trabalhistas em 2013. Os impactos negativos das Convenções Coletivas neste ano, com reajustes médios reais de 17% nos salários e da Lei 12.740, de dezembro/2012, que versa sobre o Adicional de Periculosidade de 30%, foram as causas principais da redução e seus efeitos ainda

serão sentidos pelo setor pelos próximos anos.

Nota: Embora regulamentada apenas em 03/12/2013, o pagamento do Adicional de que trata a Lei 12.740 foi antecipado por muitas empresas, já durante o ano de 2013, em um grande número de Estados da Federação.

- Faturamento: Em 2013 o crescimento do faturamento da ordem de R\$ 7 a 8 bilhões (+20,8% sobre 2012), foi totalmente absorvido, em todas as Regiões do Brasil, pelo crescimento da Massa Salarial (R\$ 3,8 bilhões), dos Impostos Federais e Municipais (R\$ 900 milhões), dos Impostos e Contribuições Trabalhistas (R\$ 1,57 bilhões), dos Benefícios e Indenizações Trabalhistas (R\$ 1,2 bilhão) e Despesas Operacionais (R\$ 600 milhões). Como resultado final, podemos afirmar que o mercado de segurança não apontou crescimento real em 2013, (em R\$), o que é confirmado pela quase estabilidade no número total de vigilantes ativos, em comparação com 2012.

Evolução do Faturamento Nominal do Setor de Segurança Privada 2002 – 2015 - (R\$ bilhões)



Fonte: Fenavist - II ESSEG e estimativas e cálculos da Top Marketing Consultores
(*) Previsão dos Empresários do Setor

É importante, portanto, analisar os números com cuidado. O crescimento observado em 2013 e os previstos pelos empresários entrevistados para 2014 e 2015 representam mais os acréscimos salariais via Acordos Coletivos e aumento da Taxa de Periculosidade, do que propriamente pelo crescimento de mercado.

Excluindo os efeitos dos reajustes salariais, a previsão dos empresários entrevistados, para o crescimento real do segmento, é de 2% em 2014 e de 2 a 2,5% em 2015. São números até otimistas, considerando a estabilidade apresentada em 2013 e os índices previstos de crescimento anual da economia do País abaixo dos 2%, nos próximos 2 anos.

- **Empresas:** O Segmento continua atraindo o aparecimento de novas empresas. Em compara-

ção com 2004, observa-se um crescimento nestes 9 anos de mais de 68% no número de empresas, índice um pouco superior ao crescimento do número de vigilantes (60%) no mesmo período, indicando que, conforme já constatado na pesquisa anterior, estas novas empresas são, na sua maioria, de menor porte. Mesmo considerando a quantidade de empresas que abrem e fecham no segmento a cada ano, o saldo de quase 1.000 empresas mostra que o setor continua muito competitivo e pulverizado.

Quase todas as Regiões Brasileiras apresentaram crescimento no número de novas empresas instaladas. No balanço da Polícia Federal, entre empresas fechadas e abertas em 2013, tivemos um saldo positivo de 4,8%, ou mais 110 empresas. A exceção foi a Região Norte, que manteve seu número praticamente estável.

Evolução do Número de Empresas de Segurança Privada 2002 - 2013



- Segurança Orgânica - Invertendo uma tendência de anos, o número de operações de segurança orgânica, (empresas que possuem sua própria estrutura de segurança) cresceu em 2013 em relação ao ano anterior. Este movimento, embora generalizado em quase todo o País, foi maior nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Conforme relatado anteriormente neste capítulo, as Convenções Coletivas neste ano, com reajustes médios reais de 17% nos salários e a Lei 12.740, de dezembro/2012, que versa sobre o Adicional de Periculosidade de 30%, foram as causas principais do incremento dos custos e o conseqüente aumento dos valores dos contratos, o que levou muitas empresas à decisão de montar sua própria estrutura orgânica de segurança.

Tipos de Empresas	2010	2012	2013	Varição
Empresas de Segurança Privada	1.818	2.282	2.392	+4,8%
Empresas com Segurança Orgânica	1.679	1.432	1.893	-32,2%

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

2.2- Tendências e Oportunidades

O mercado de segurança privada tem vivido muitas mudanças nos últimos anos, o que obrigou a maioria das empresas a fazer adaptações em seus perfis operacionais e de oferta de serviços. O crescimento da urbanização, e consequentemente das periferias das grandes cidades, aliado à grande demanda por serviços da chamada "Nova Classe Média Brasileira", tem levado a estas regiões novas agências bancárias, shoppings, supermercados e comércio em geral, carregando consigo seus fornecedores. Este movimento alavanca não só os serviços de segurança privada, mas também os de transporte de valores, incluindo a gestão de caixas eletrônicos. Nas Regiões Norte e Nordeste o crescimento da renda, motivada pelos Programas Sociais do Governo Federal, também fez crescer a demanda pelo Transporte de Valores,

especialmente no abastecimento de caixas eletrônicos.

Na opinião dos empresários entrevistados para este estudo, representantes de todas as regiões do País, outras tendências e oportunidades também são observadas:

- Segurança Eletrônica: O aumento da oferta de equipamentos eletrônicos de segurança e monitoramento, e a consequente redução dos seus preços, têm alavancado muito a sua utilização como apoio aos efetivos de segurança e, em alguns casos, até substituído a presença do vigilante. Sem considerar o acerto ou a eficácia deste movimento, pode-se observar uma forte tendência neste sentido, conforme a opinião unânime dos empresários entrevistados, e uma oportunidade que não pode ser desconsiderada, especialmente para aquelas empresas que possuem uma boa

massa crítica de clientes com potencial para ações de "venda cruzada" (também conhecidas como "cross selling" - venda de novos produtos e serviços nos clientes atuais).

- Escolta Armada: Com o crescimento da economia e do valor das cargas transportadas, como por exemplo, medicamentos e eletrônicos, também se observa um incremento no risco deste tipo de operação, aumentando a demanda por escoltas armadas, particularmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

- Segurança Pessoal: O risco e o crescimento de seqüestros de todo tipo, em especial nas grandes e médias cidades, tem levado pessoas e empresas à contratação de serviços de segurança pessoal. Embora represente um nicho de mercado menor, pela sua especificidade e volume, é mais uma tendência importante levantada pelos empresários do setor.

- Armas não letais: A utilização de armas não letais, como "Tasers" e similares, vem crescendo ano a ano, mostrando uma tendência à exemplo do que já ocorre nos chamados mercados mais desenvolvidos e maduros. Seu custo ainda alto, porém inibe uma utilização mais abrangente.

- Mercados: Como mercados potenciais para os próximos anos, os empresários apontaram os Condomínios Residenciais, Shoppings Centers e a segurança de Eventos, este último beneficiado pela recente modificação na regulamentação da Polícia Federal, que obriga eventos com mais de 3.000 pessoas à contratação de Segurança Privada.

- Copa do Mundo: Embora um evento com apenas 2-3 meses de duração, promete impactar no setor, com a contratação de cerca de 30 mil Vigilantes para a segurança em geral, de acordo com a FIFA. As Olimpíadas devem provocar efeito similar.

2.3- Ameaças

- As Principais

Como na pesquisa anterior, os empresários entrevistados apontam a Concorrência Predatória e a conseqüente Guerra de Preços como dois dos grandes problemas a serem superados pelo setor. Esta concorrência predatória, na maioria das vezes executada por empresas irregulares ou com baixa qualificação, continua levando a uma queda nos valores médios dos contratos nos últimos anos, ou pela troca por um prestador de serviço mais barato ou pela simples redução dos preços para manter o cliente. Quando se dá no Setor Público, que compra serviços via concorrências públicas, quase sempre por pregões eletrônicos, esta guerra de preços é ainda mais danosa, já que a decisão será sempre tomada com base no menor preço. Por conta disto a rotatividade de empresas nos contratos públicos é muito grande, com as empresas de segurança sendo substituídas a cada final de contrato, muitas vezes até antes disto, por conta da impossibilidade da continuidade do serviço no preço ofertado.

Ao mesmo tempo o segmento continua enfrentando grande pressão dos tomadores de serviço para a redução dos preços dos contratos, dificultando o repasse anual dos aumentos dos salários e insumos. A substituição de parte do efetivo por sistemas de monitoria eletrônica tem sido a saída

encontrada por muitas empresas para conseguir manter seus clientes e parte de suas margens.

Como já alertávamos no estudo anterior, a tendência é que a concorrência predatória continue alimentando a pressão dos tomadores de serviço o que trará previsíveis conseqüências para o setor.

- Empresas Clandestinas

Atuante em vários segmentos, mas especialmente ativa na segurança de eventos, as empresas clandestinas representam uma grande ameaça ao setor, causando danos à sociedade de várias formas: pela concorrência predatória, como já vimos; pela ameaça à segurança do patrimônio e das pessoas; pela sonegação de tributos e direitos trabalhistas entre outras.

- Selo Fenavist – “DIGA NÃO À CLANDESTINIDADE”: Com o objetivo de sensibilizar o Governo, os Empresários e a Sociedade, a Fenavist lançou na Exposec 2014, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), um selo personalizado que representa a contraposição entre a contratação regular de uma empresa idônea com profissionais qualificados e fiscalizada pela Polícia Federal e as empresas clandestinas, que geram os perigos e danos relacionados acima.

Apesar dos esforços da Fenavist e dos empre-

sários do setor, a fiscalização continuará sendo a forma mais eficaz de coibir a atuação destas empresas irregulares.

- Outras Ameaças ao setor

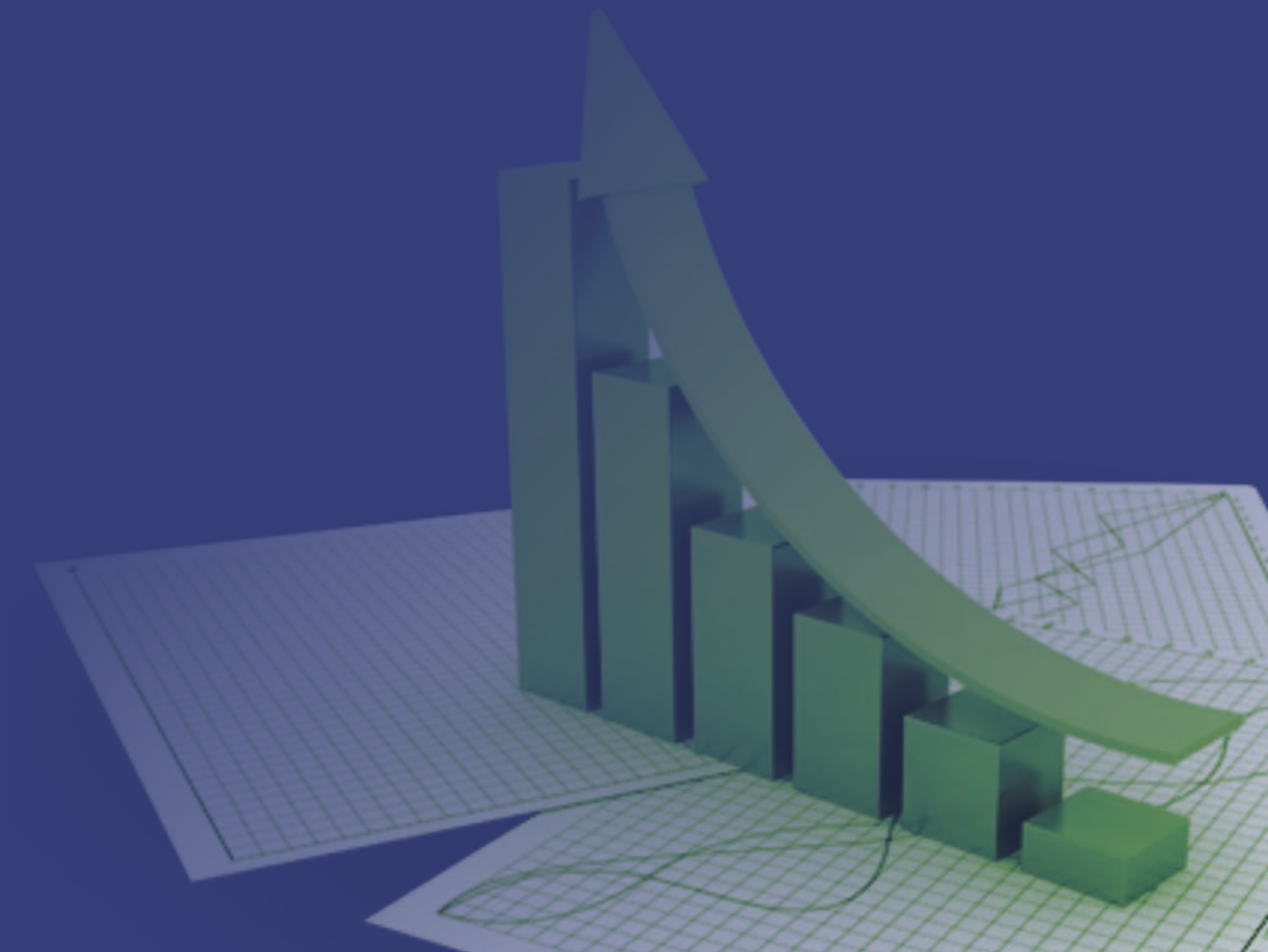
- Tributação e a Legislação Deficiente foram apontadas como fatores que atrapalham o desenvolvimento sadio do setor de segurança privada no País.

- A Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através das suas políticas de pressão sobre o empresariado do setor, sempre visto como “infrator em potencial”, acabam deixando de fazer ações preventivas em prol da proteção do trabalho. Por exemplo, a total omissão frente ao desrespeito aos contratos firmados, por boa parte dos contratantes em especial Órgãos Públicos, com a não concessão da repactuação de preços provocadas pela elevação dos custos das Convenções Coletivas negociadas, traz grandes danos ao setor.

- O desrespeito às cláusulas dos contratos, como datas de pagamento e reajustes, não sendo seguido muitas vezes como previsto no art. 5º da Lei 8.666/93, a ordem cronológica do pagamento, foram outras ameaças apontadas pelos empresários e dirigentes do setor.



3. “Um setor que tem peso no PIB e no PEA, mas não tem voz junto ao Governo”
por Laércio de Oliveira – Deputado Federal



3. “Um setor que tem peso no PIB e no PEA, mas não tem voz junto ao governo”

por Laércio de Oliveira – Deputado Federal

“Serviço é uma atividade econômica dos setores público e privado exercido por pessoas físicas ou jurídicas, legalmente estabelecidas para o fim que se destinam, fruto primordial do esforço humano, ainda que envolva, de forma acessória, a transferência de bens materiais, tendo como características: a intangibilidade, a inseparabilidade do prestador de serviços, a simultaneidade de produção e consumo e a variabilidade.” (Câmara Setorial/1993)

O setor de serviços, apesar de representar quase 70% do PIB, de maneira geral, não é convidado para se sentar à mesa de discussões sobre a elaboração de política econômica. Logicamente nada contra a indústria, agricultura, construção civil, e outros, setores da mais alta relevância para a nossa economia, mas já passou da hora de se acabar com o isolamento de um setor que tem absorvido

grande parte da mão de obra descartada daqueles setores, portanto, tem contribuído, e muito, para manutenção dos empregos, como comprovam todas as estatísticas à respeito.

A impressão que se tem é que nossas autoridades, notadamente da área econômica, ainda não entenderam a importância e o dinamismo do setor, não só como vetor de impulso da produção e do crescimento da indústria, por força da tecnologia da informação, mas também como fundamental parceiro para que as empresas continuem competindo num mundo globalizado. Não dá mais para continuarem tratando o segmento, somente, como um apêndice do setor industrial e da agricultura, paradigma esse há muito desgastado e ultrapassado, como demonstram as políticas desenvolvidas nos países mais desenvolvidos. A verdade é que o setor de serviços precisa, urgentemente, ser enxer-

gado pelo governo, sob pena de se perder ainda mais competitividade no mercado internacional, principalmente dentro do próprio BRICS, pois, reitera-se, a indústria, em especial, hoje depende quase que exclusivamente das inovações tecnológicas para produzirem novos produtos com a qualidade e preços exigidos pelo consumidor mais exigente, na medida em que é mais informado. Neste sentido, o setor de serviços há muito tempo passou da fase de coadjuvante, e não pode mais continuar sendo tratado, pelo governo, como se não existisse. O pior, ou melhor, é que é um segmento insistente, pois sua luta para ser ouvido pelos governos, já vem desde 1993, quando o então ministro da Indústria e Comércio José Eduardo de Andrade Vieira implantou a Câmara Setorial do Setor de Serviços, pensado, elaborado e implantado pela FEA/USP, que teve fôlego até a gestão da ministra Dorothea Werneck, mas infelizmente também se perdeu no

tempo, e com ele foi para o lixo, informações relevantes, coletadas, praticamente, de todos os segmentos de serviços.

Pois bem, neste contexto, quando cheguei ao Parlamento Brasileiro, precisava urgentemente encontrar uma maneira de jogar luz neste setor, foi quando surgiu a ideia da criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços, da qual tenho a honra de coordená-la, e que tem contribuído para quebra de paradigmas históricos e mudança de cenário. A Frente tem sido o amálgama que reúne os vários segmentos que compõem o setor de serviços, representados por suas entidades, que por sua vez são grandes parceiras nesta luta, e a Fenavist do presidente Odair Conceição é uma das mais atuantes. Ainda não conseguimos ser ouvidos pelo governo, como entendemos merecer, mas no Congresso nossa voz tem ecoado com



muita força, onde já obtemos algumas importantes vitórias, como nos recentes debates sobre a regulamentação da terceirização e o fim da multa indenizatória de 10% do FGTS, por exemplo, ocasião em que tivemos a alegria de ver centenas de empresários pressionando Deputados e Senadores de suas bases e ainda marcaram presença nas galerias da Câmara, fato, inédito, e decisivo, que culminou com a esmagadora votação a favor do PLP 200/2012, que pois fim a multa; pelo menos na Câmara dos Deputados.

Infelizmente a insensibilidade da área econômica do governo, forçou a Presidente a vetar o projeto, uma atitude, no mínimo equivocada, como demonstra a estagnação total do setor produtivo. Segundo aqueles técnicos burocratas, o governo não podia deixar de arrecadar os R\$ 2 bilhões vindos da multa, pois iria comprometer o programa minha casa minha vida, mas contraditoriamente, joga no lixo R\$ 28 bilhões só com o atraso de apenas seis obras do PAC. (Estadão - 26/05-economia) O mais lamentável, é que há muito tempo aquela

multa indenizatória já cumpriu o seu papel. O setor produtivo não precisaria andar de pires na mão, atrás de desonerações e incentivos, se os penduricalhos tributários, como esta malfadada multa, e a espantosa burocracia fossem eliminados, além da aplicação correta, honesta e transparente, mesmo, desta absurda carga tributária. As desonerações, tidas como um favor do governo, como se tem visto, não tem surtido o efeito esperado, exatamente pelo tamanho do chamado custo Brasil. Aliás o setor de serviços foi o menos contemplado. Os empreendedores brasileiros, não querem receber favor de governo nenhum, querem apenas que eles não atrapalhem, e, pelo menos, apliquem bem os impostos arrecadados, na medida em que os empreendedores, únicos geradores de riqueza, são penalizados duas vezes, quando são obrigados a oferecer saúde, treinamento, transporte e refeições aos seus colaboradores.

Mas mesmo neste diapasão, não podemos deixar de aplaudir, valorizar, apoiar e incentivar o trabalho que, novamente, está sendo desenvolvido pela

Secretária de Comércio e Serviços do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, - aliás já apresentamos proposta no Congresso Nacional para acrescentar a palavra serviços ao nome do Ministério - no âmbito do Plano Brasil Maior, grupo 05, da qual a Frente tem participado efetivamente, juntamente com entidades de serviços de nível nacional. Os trabalhos desenvolvidos naquele Fórum, coordenado com muita competência pelo secretário Humberto Luiz Ribeiro da Silva, já rendeu bons frutos, neste nosso doloroso caminho, como à aprovação da NBS - Nomenclatura Brasileira de Serviços - que elevou serviços a categoria de produto, onde a parceria com a Frente de Serviços foi de suma importância; o Programa SERVIS - Programa de Excelência em Serviços -, uma parceria do MDIC com o INMETRO, sendo que o mesmo já está sendo testado pelo setor supermercatista; a Edição do Atlas Nacional de Comércio e Serviços, - criação de um referencial público de informações econômicas sobre o setor terciário no País, a fim de orientar as políticas públicas e os investimentos privados - desenvolvido em parceria com IBGE, IPEA

e SEBRAE, e os SIMBRACS - Simpósios Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços - o maior evento realizado pelo Governo Federal em prol do desenvolvimento do setor terciário. É um Fórum onde se reúnem as lideranças do setor público e do setor privado para discutir as principais questões que afetam a competitividade e a produtividade dos segmentos de Comércio e Serviços no Brasil, além de apresentar e divulgar instrumentos para melhoria do ambiente de negócios e fortalecimento do setor produtivo brasileiro, dentre outras atividades, como o intercâmbio reiterado entre os empresários brasileiros e de outros países, notadamente do mundo asiático.

Como se vê; a luta, apesar de árdua, tem valido a pena, pois estamos caminhando, mas ainda não tem sido o suficiente para obtermos vitórias mais expressivas, por isso não devemos nos esmorecer, pois estamos dando passos, ainda devagar; é verdade, para um futuro melhor, e a porta que se abriu no MDIC, pode ser o caminho para que o setor seja visto e respeitado, e os seus nú-

meros falam por si só, como nos mostra a PAS - Pesquisa Anual de Serviços – do IBGE. Segundo a pesquisa, o grupamento do setor de Serviços Empresariais não Financeiros, contava, em 2011, com 1.081.012 milhão empresas, que empregaram 11.398 milhões de trabalhadores. Esta pesquisa estuda sete grupamentos: Serviços prestados principalmente às famílias; Serviços de informação e comunicação; Serviços profissionais, administrativos e complementares; Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; Atividades imobiliárias; Serviços de manutenção e reparação.

Segundo a pesquisa, o grupamento de Serviços profissionais, administrativos e complementares, onde os serviços terceirizados estão inseridos, era composto de 340.032 mil empresas que empregaram 4.724 milhões de pessoas, ou seja: 41,4% do total do setor de Serviços Empresariais não Financeiros. As Atividades de vigilância, segurança privada, transporte de valores, monitoramento de sistemas de segurança e de investigação, empregaram

em 2011, segundo o IBGE, 667.986 mil pessoas, pagando salário médio de 2,3 salários mínimos, com uma produtividade equivalente a R\$ 30.974,00. Somente os setores de vigilância, limpeza e mão de obra, com muita afinidade entre si, empregaram em 2011, 2.378.070 milhões de pessoas. Destarte, que estes dados estão muito próximos dos números divulgados pelos respectivos segmentos.

Com esta representatividade, o setor de serviços terceirizados, não pode continuar sendo simplesmente ignorado pelas políticas públicas de governo, que precisa urgentemente ser mais flexível com assuntos muito caros para o setor, como o término das “pornográficas” alíquotas do PIS/COFINS, vigentes desde a implantação da não cumulatividade, que estão aniquilando com a competitividade das empresas; o término, já, da ilegal multa de 10% do FGTS; a modernização da Lei de Licitações, não nos moldes do RDC – Regime Diferenciado de Contratações – um monopólio das grandes empreiteiras, e ainda, a regulamentação da terceirização.

Por fim, não posso deixar de mencionar o terrorismo que algumas Centrais Sindicais, e, principalmente, a Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, ideologicamente têm feito contra a regulamentação da terceirização, repetindo incansavelmente o mantra mentiroso, de que o Projeto de Lei nº 4330/2004, tirará direitos dos trabalhadores e que os trabalhadores terceirizados sofrem mais acidentes de trabalho do que os demais trabalhadores. A realidade dos fatos é muito diferente do que pregam, como comprova o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2009, seção IV – acidentes do trabalho – elaborado com base nos números da CAT – Comunicação de Acidentes do Trabalho -, que desmascaram os números divulgados pela FUP – Federação Única dos Petroleiros – usados irresponsavelmente pela CUT e ANAMATRA para desmoralizar o processo de terceirização, na medida em que o referido relatório, deixa claro que o segmento de petróleo, principalmente do Rio de Janeiro, sede da

FUP, os serviços relacionados com extração de petróleo, gás e refino de petróleo, teve uma taxa de mortalidade de 34,81 sendo que os serviços terceirizados, naquele Estado, participaram com uma taxa de mortalidade de 8,73 para cada 100 mil vínculos.

Quanto aos direitos trabalhistas, o PL não só mantém todos os já existentes, inclusive aqueles estabelecidos em convenções e acordos coletivos, como ainda aumenta-os; como a responsabilidade solidária do contratante, em relação aos direitos trabalhistas e a extensão das mesmas condições de segurança e saúde; de refeição e de transporte disponíveis na empresa contratante. Não é sem sentido, que a proposta esta sendo chamada de PL de proteção ao trabalhador terceirizado.

Deputado Federal Laercio de Oliveira SDD/SE, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços.

Lutamos para que
a Segurança seja
cada dia mais
FORTE!

Fundado em Agosto de 1988, o SINDESP-MG defende, orienta, coordena e representa legalmente o segmento da Segurança Privada em Minas Gerais.

Saiba mais sobre o Sindesp-MG e as empresas associadas.

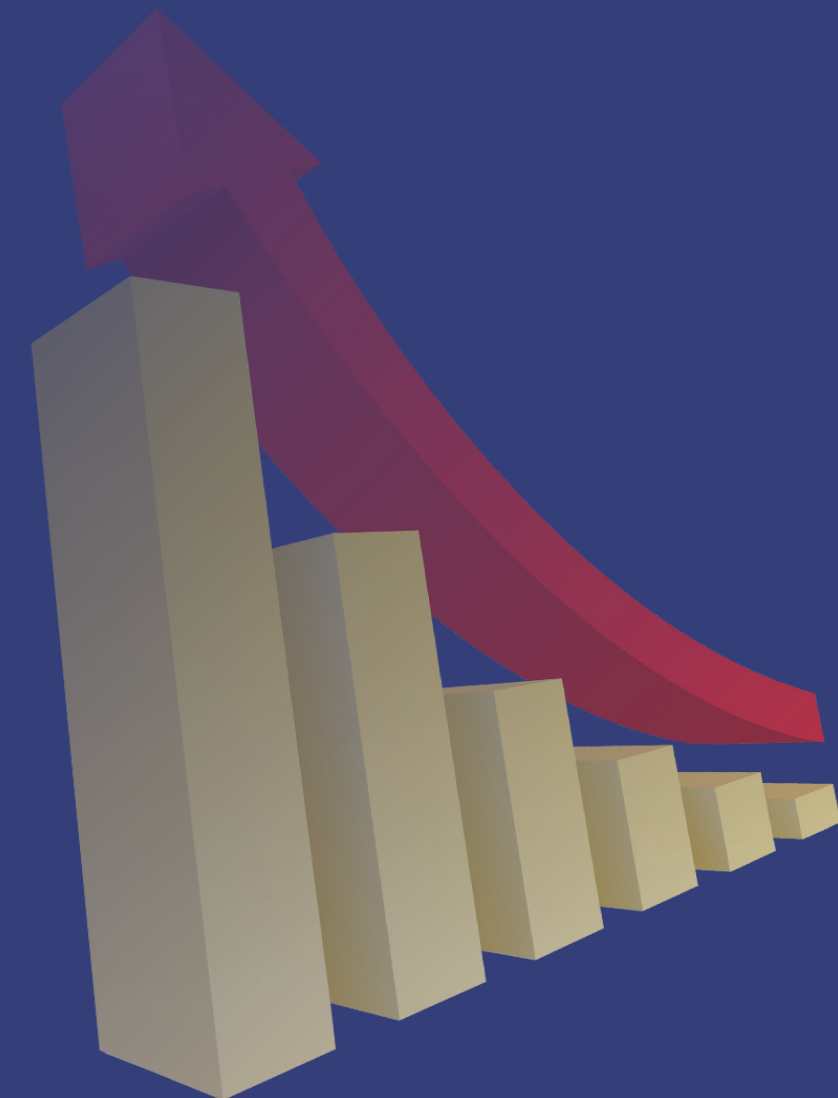
Acesse: www.sindesp-mg.com.br



Sindicato das Empresas de Segurança
e Vigilância do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabáglia, 1492, 10º andar - Gutierrez - CEP: 30441-194
sindesp-mg@sindesp-mg.com.br | (31) 3327-5300

4. A Segurança Privada no mundo



4. A Segurança Privada no mundo

Nota: Parte do texto extraído do III ESSEG, já que ainda representa os últimos dados disponíveis sobre o tema.

A terceirização é um fenômeno mundial e o seu processo de crescimento é irreversível. Seu aparecimento se deu durante a 2ª Guerra Mundial, quando a indústria bélica americana e britânica, pressionada pela urgência e na busca pela eficiência, começou a dedicar a terceiros as atividades não vitais à produção de armamentos, equipamentos, veículos e navios. O sistema mostrou-se tão eficiente que, ao final do confronto e com os países retornando às atividades econômicas normais, começou a ser utilizado pelas empresas em geral, em especial nos Estados Unidos. Naquela época, as principais áreas a terem seus serviços terceirizados foram SEGURANÇA, limpeza e conservação e transportes. Mais tarde, e com o aparecimento de novas atividades e tecnologias, incorporaram-se os serviços de alimentação, contabilidade, assessoria jurídica, recursos humanos, serviços de informática e processamento de dados e atendimento ao cliente (call centers).

Em 1995 a American Society for Training & Development (ASTD), calculou que o nível de terceirização nos Estados Unidos já era superior a 68%, ou seja, de cada 10 serviços demandados pelas empresas 6,8 já eram fornecidos por terceiros. Existem razões para acreditar que os índices europeus, especialmente na chamada Europa Ocidental, devam ser atualmente iguais ou até superiores ao Norte Americano.

É importante observar que, mesmo nestes países, o conceito de terceirização foi evoluindo até se tornar uma ferramenta estratégica de gestão, como a conhecemos hoje. Sua base conceitual é de que, em um mundo competitivo e global como o que vivemos hoje, é fundamental que as empresas se concentrem na sua atividade fim, focando toda a sua energia e criatividade no seu negócio, seu mercado, seus concorrentes

e, principalmente, nos seus clientes. A terceirização funciona assim como um poupador de tempo e energia para que seus contratantes possam executar suas estratégias de negócio. Este mesmo caminho está sendo trilhado pelo Brasil.

- Europa

De acordo com a Confederação Européia de Serviços de Segurança (CoESS), o mercado europeu de segurança privada, composto pelos 28 países da Comunidade Européia mais Bósnia, Macedônia, Noruega, Suécia, Suíça e Turquia, movimentou em 2010 (seu último dado disponível) cerca de € 35 bilhões com tendência de crescimento na maioria dos países, apesar da crise econômica que a região já enfrentava àquela época. Apenas Espanha, Portugal e Grécia apresentavam, ao final daquele ano, uma cla-

ra tendência de queda em seus mercados, com a Itália demonstrando ainda estabilidade em seus números, que viriam a cair logo em seguida.

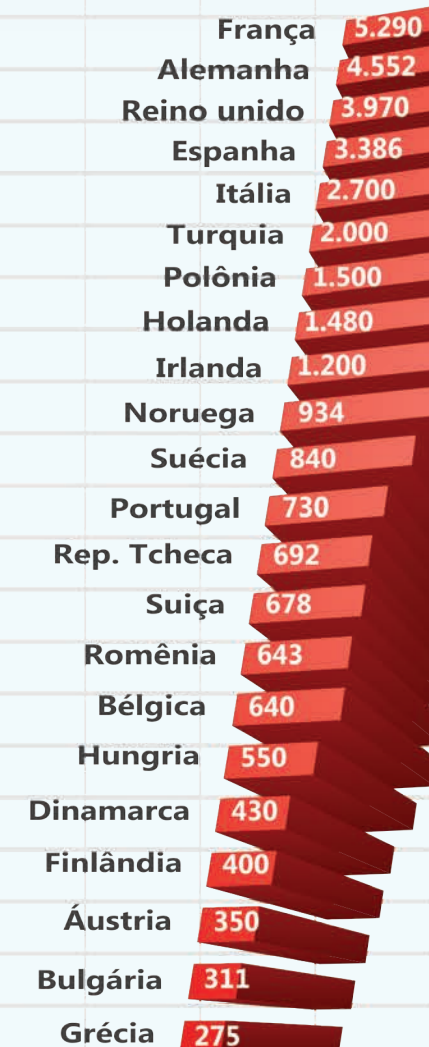
O mercado europeu apresenta diferentes níveis de maturidade, dependendo dos países analisados. Países como Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha, Holanda, e Turquia, por exemplo, possuem mercados bem desenvolvidos e regulamentados, com altos níveis de terceirização, enquanto aqueles do Leste Europeu ainda consolidam seus segmentos de segurança privada terceirizada. Em todos eles, porém, o movimento de terceirização é uma realidade em constante crescimento, adotada pelos tomadores de serviço como uma estratégia de gestão corporativa o que beneficia o setor local de segurança privada, incluindo o de transporte de valores.

Dados da Segurança Privada na Europa – 2010

Faturamento	€ 35 bilhões
Crescimento	2010/2005= +13,3%
Número de Empresas (27.400 em 2007)	52.300
Número de Vigilantes (1 milhão em 2003)	2,2 milhões
Número de Empresas (27.400 em 2007)	52.300
Perfil dos Vigilantes	Idade Média = 35 anos Homens = 83% Mulheres = 17% Rotatividade Anual Média = 33,3%
Número de Carros- Fortes	entre 15.000 e 17.000
Número de Vigilantes por 10.000 habitantes	Europa = 31,11
	Brasil = 26,26
Número de Policiais por 10.000 habitantes	Europa = 36,28
	Brasil = 21,48 (2012)

Fontes: Confederation of European Security Services (CoESS) – www.coess.eu
CoESS Facts and Figures – 2011
Dados sobre o Brasil (2012): Estimativas de 420 mil Policiais Militares no País;
População de 195,5 milhões e 630 mil Vigilantes.
População em 2010 (Censo IBGE) = 195.497.797
IBGE – www.ibge.gov.br

Faturamento da Segurança Privada na Europa* e Principais Países – 2010 (em € bilhões)



Fonte: Confederation of European Security Services (CoESS) – www.coess.eu
CoESS Facts and Figures – 2011

(*) 34 países representados pela CoESS = Todos os 28 países da Comunidade Europeia mais Bósnia, Macedônia, Noruega, Suécia, Suíça e Turquia

- América Latina

O mercado composto pelos países da América Latina pode ser ainda considerado novo, com a maioria das empresas possuindo menos de 25-30 anos, e forte dependência dos Setores Públicos em seus respectivos países.

Muitos países carecem de legislação adequada e sofrem com a concorrência informal e despreparada, quadro que vem sendo melhorado ao longo dos últimos anos. De acordo com a FEPASEP – Federação Panamericana de Segurança Privada, em 2011 o Brasil tinha cerca de 1,4 milhão de Vigilantes informais, número 2,5 vezes maior que o de Vigilantes formalmente contratados, proporção só superada pelo México, com 2,75 vezes.

Ainda de acordo com a Federação, no período de 2000 a 2011, a Segurança Privada Latino-Americana contratou formalmente 356.000 novos Vigilantes, enquanto que o contingente de policiais reduziu em mais de 517.000.

- Argentina: De acordo com o Presidente da CA-ESI – Camara Argentina de Empresas de Seguridad e Investigación, Sr. Aquiles Gorini, existem no país vizinho cerca de 1.700 empresas de segurança privada, contratando legalmente 150.000 vigilantes. Embora tenha uma economia de cerca de 1/3 da brasileira, o país possui apenas 28% menos empresas que o Brasil o que demonstra um mercado muito mais pulverizado que o nosso, com um número maior de pequenas empresas. Aqui a média simples do número de vigilantes por empresa é de 265 enquanto que na Argentina este número é de apenas 88. Outro número que impressiona, e que também aponta para um mercado mais pulverizado, é o de número de veículos de supervisão e uso geral no país – cerca de 12.000, contra 9.604 no Brasil.

A Região Latino-Americana é considerada pelo mercado como a de maior potencial para a segurança privada no mundo, com taxas anuais de crescimento de 5 a 7%. Os principais mercados são México, Colômbia e Argentina, além do próprio Brasil, o maior de todos.

5. Números do Setor (Base 2013)

5. Números do Setor (Base 2013)

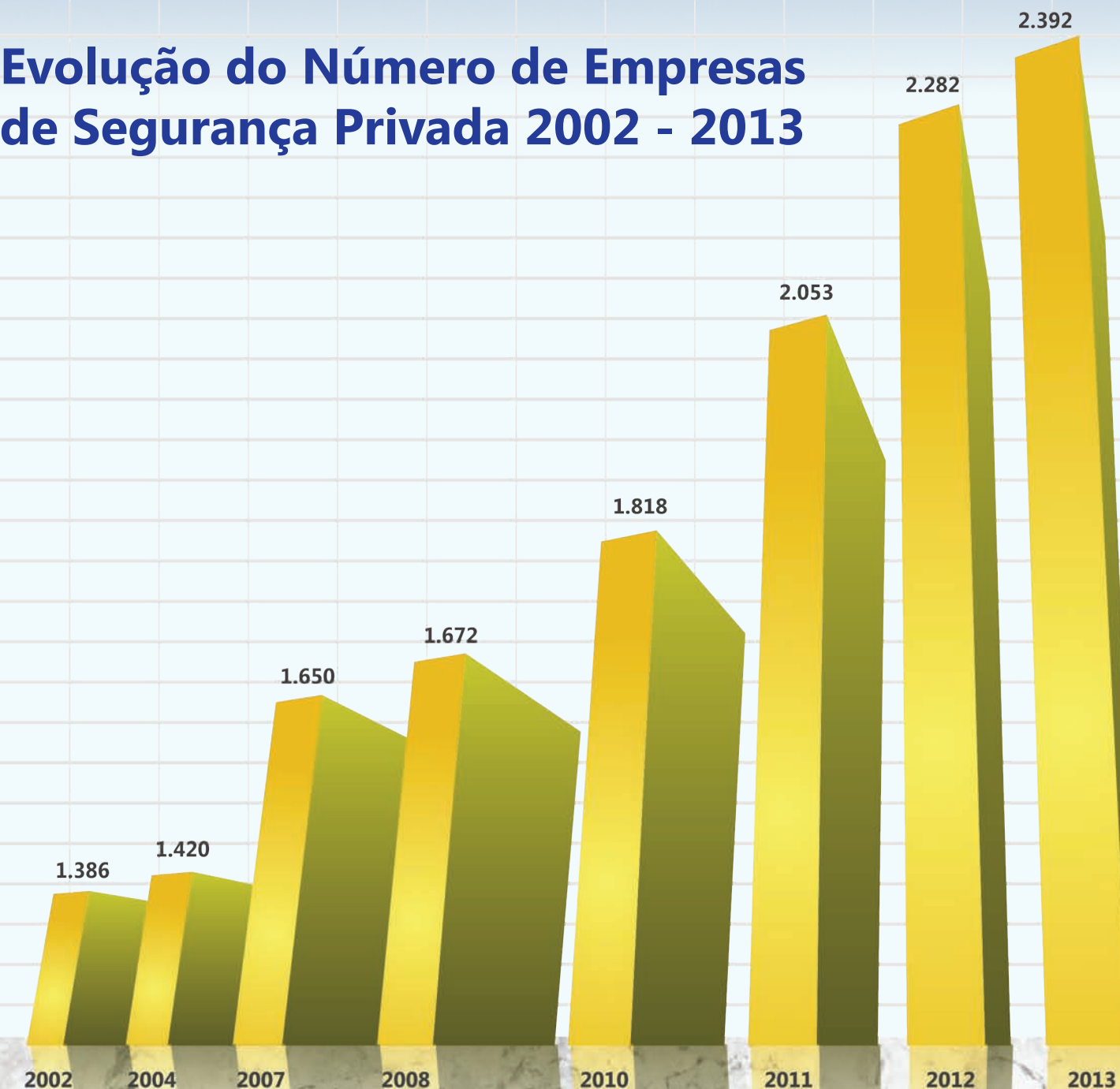
2012	2.282 Empresas	2013/2012
2013	2.392 Empresas	+4,8%

5.1 – Número de Empresas

Em comparação com 2004 (1.420 empresas), observa-se um crescimento nestes 9 anos de mais de 68% no número de empresas, índice um pouco superior ao crescimento do número de vigilantes (60%) no mesmo período, indicando que, conforme

já constatado na pesquisa anterior, estas novas empresas são, na sua maioria, de menor porte. Mesmo considerando a quantidade de empresas que abrem e fecham no segmento a cada ano, o saldo de quase 1.000 empresas mostra o crescimento da competitividade no setor em todas as regiões do País.

Evolução do Número de Empresas de Segurança Privada 2002 - 2013



Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

Distribuição das Empresas por Região

Regiões	Participação s/ o Total 2012	Empresas 2012
Centro-Oeste	10,5%	239
Nordeste	18,8%	429
Norte	7,4%	168
Sudeste	43,2%	986
Sul	20,2%	460
Total		2.282

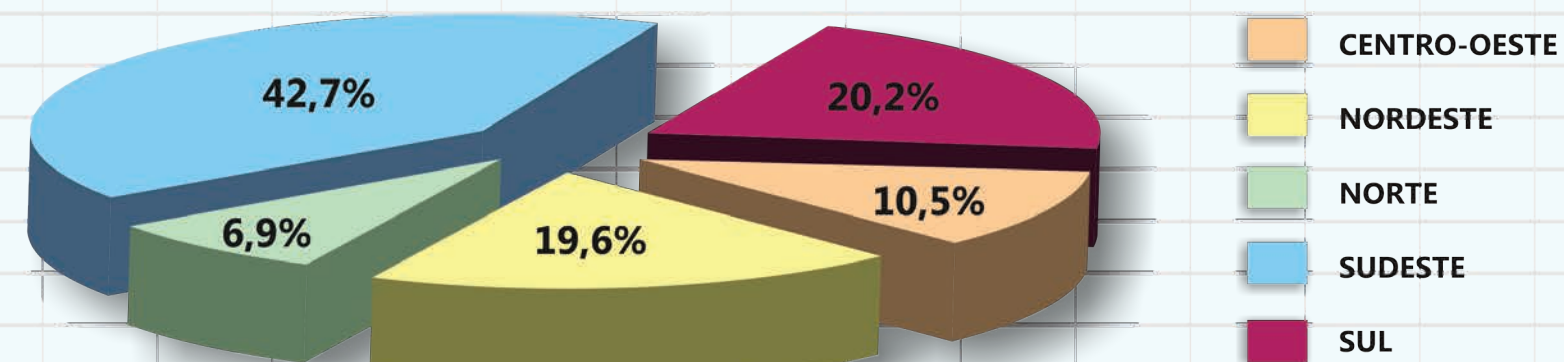
Participação sem o Total 2013	Empresas 2013	2013/2012
10,5%	252	+5,4%
19,6%	469	+9,3%
6,9%	166	-1,2%
42,7%	1.022	+3,7%
20,2%	483	+5,0%
	2.392	+4,8%

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

Como em quase todos os mercados no País, a Região Sudeste concentra a maior parte das empresas de segurança privada, com quase 43% delas ou 1.022 das 2.392 empresas do setor, seguida da Região Sul, com 483 empresas.

A Região Norte apresentou um pequeno decréscimo no número de empresas, dentro da margem de erro do estudo, enquanto que na Região Centro-Oeste, o Estado de Goiás e o Distrito Federal concentram a maior parte das empresas, principalmente por conta dos serviços demandados pelo Governo Federal.

Distribuição das Empresas por Região



5.2 – Número de Trabalhadores no Setor

2012	620 A 640 mil Vigilantes 60 a 61 mil Administrativos e Gerência	2013 / 2012
2013	625 A 645 mil Vigilantes 60,5 a 61,5 mil Administrativos e Gerência	+0,8%

Em comparação com o número de vigilantes em 2004 (400 mil), observa-se um crescimento de quase 60% em 9 anos.

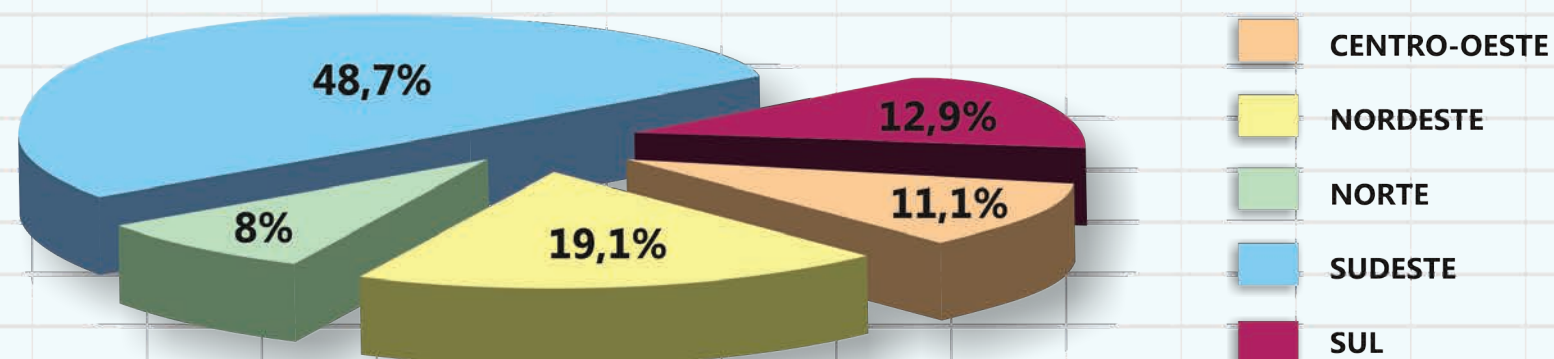
Estimativa da Distribuição dos Trabalhadores por Região

Regiões	Participação s/ o Total 2012	Trabalhadores 2012
Centro-Oeste	8,1%	55 a 57
Nordeste	19,4%	133 a 135
Norte	6,8%	46 a 48
Sudeste	49,0%	334 a 343
Sul	15,9%	108 a 112
Total		680 a 701 mil

Participação sem o Total 2013	Trabalhadores 2013	2013/2012
11,1%	76 a 79	+38,3%
19,1%	132 a 134	+0,7%
8,0%	55 a 57	-19,1%
48,7%	334 a 343	0
12,9%	88 a 91	-18,6%
	685,5 a 706,5 mil	+0,8%

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

Estimativa da Distribuição dos Trabalhadores por Região



Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

Também na distribuição da mão de obra encontra-se a mesma concentração na Região Sudeste, com 48,7% dos cerca de 696 mil trabalhadores empregados pelo setor. A Região Nordeste é o 2º maior empregador do Brasil, embora tenha menos empresas que o Sul, o 2º no número de empresas. Como já observamos antes, este quadro deve se inverter ainda em 2014.

Estes dados sugerem que a concentração de mercado nas mãos de empresas de maior porte é maior no Nordeste e que no Sul o mercado está um pouco mais pulverizado. Pode-se ainda inferir que as empresas da Região Nordeste utilizam menos os recursos da Segurança Eletrônica.

O destaque positivo fica para o Centro-Oeste e o Norte com 38,3% e 19,1% de crescimento de vigilantes em 2013 em comparação com 2012. Na primeira região os Estados que mais contribuíram para estes índices foram Goiás e o Distrito Federal, enquanto que no Norte quase todos os Estados apresentaram crescimento, a exceção de Roraima, que teve uma queda de 28% no número de vigilantes contratados.

Juntamente com o Nordeste, a Região Sudeste apresentou estabilidade no número de trabalhadores enquanto que na Região Sul houve uma redução no número de trabalhadores ativos de quase 19% em 2013 sobre 2012.

Os motivos: Empresários e Dirigentes regionais creditam a redução no número de trabalhadores à perda ou redução de contratos causada pelos aumentos dos custos trabalhistas em 2013. Os impactos negativos das Convenções Coletivas neste ano, com reajustes médios reais de 17% nos salários e da Lei 12.740, de dezembro/2012, que versa sobre o Adicional de Periculosidade de 30%, foram as causas principais da redução e seus efeitos ainda serão sentidos pelo setor pelos próximos anos.

Nota: Embora regulamentada apenas em 03/12/2013, o pagamento do Adicional de que trata a Lei 12.740 foi antecipado por muitas empresas, já durante o ano de 2013, em um grande número de Estados da Federação.

5.3 – Faturamento do Setor

2012	R\$ 35 a 37 bilhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 43 a 44 bilhões / ano	+20,8%

Faturamento por Região

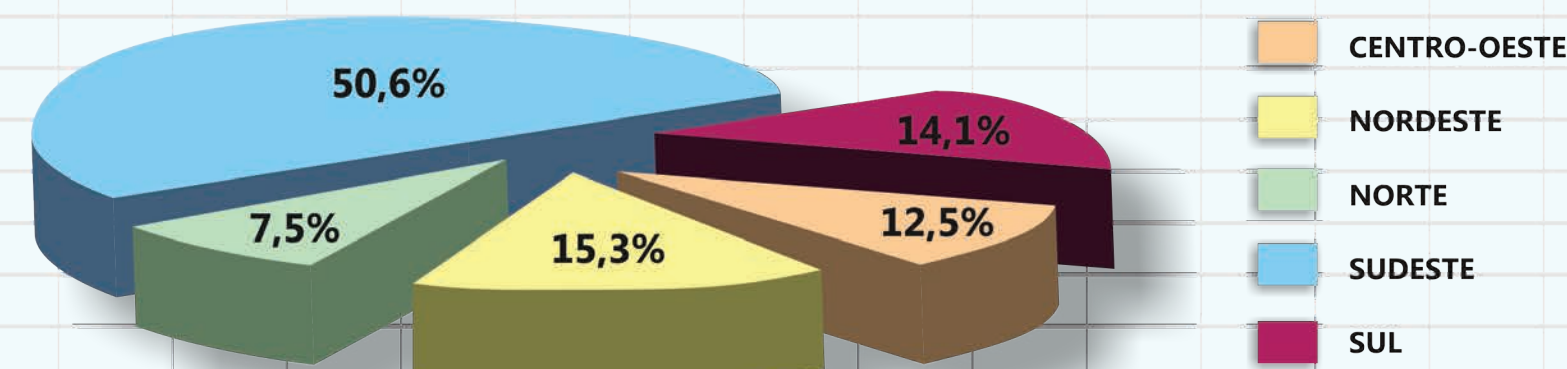
Regiões	Participação s/ o Total 2012	Participação s/ o Total 2013	Faturamento
Centro-Oeste	9%	12,5%	R\$ 5,3 a 5,6 bilhões
Nordeste	16%	15,3%	R\$ 6,6 a 6,9 bilhões
Norte	6%	7,5%	R\$ 3,1 a 3,4 bilhões
Sudeste	52%	50,6%	R\$ 21,5 a 22,4 bilhões
Sul	17%	14,1%	R\$ 6,1 a 6,2 bilhões

A Região Nordeste é agora a 2ª em faturamento no País, ultrapassando em mais de meio bilhão de Reais o resultado da Região Sul, em uma tendência que já era apontada no III ESSEG.

No quadro comparativo abaixo, podemos também observar com mais clareza a queda de faturamento na Região Sul e o aparente desequi-

líbrio entre este dado e o seu número de empresas e de trabalhadores. Os Estados responsáveis por esta queda foram o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde o número de empresas ficou praticamente estável, indicando a perda ou redução de contratos como a causa principal. O Paraná, por sua vez, apresentou crescimento isolado na Região.

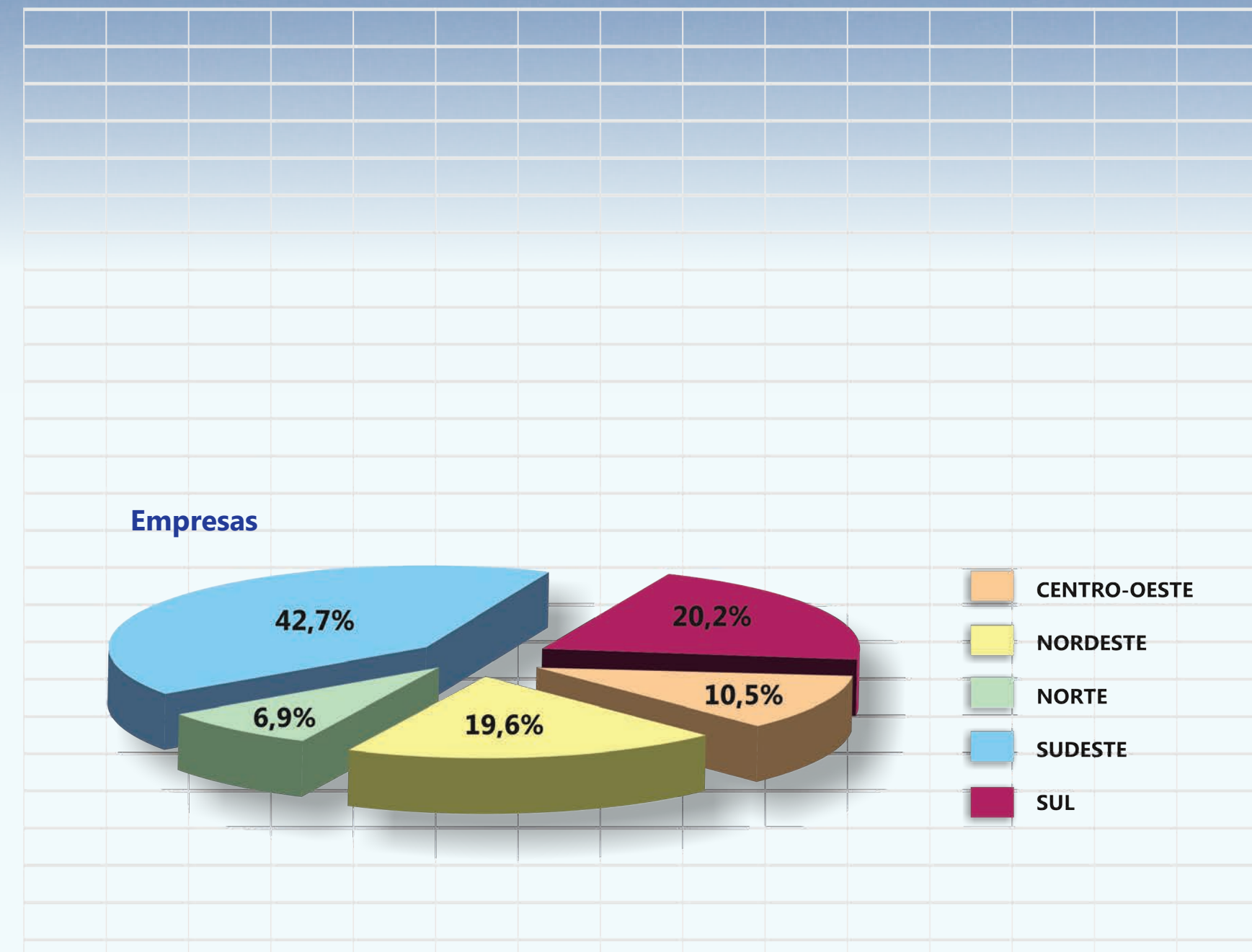
Faturamento por Região



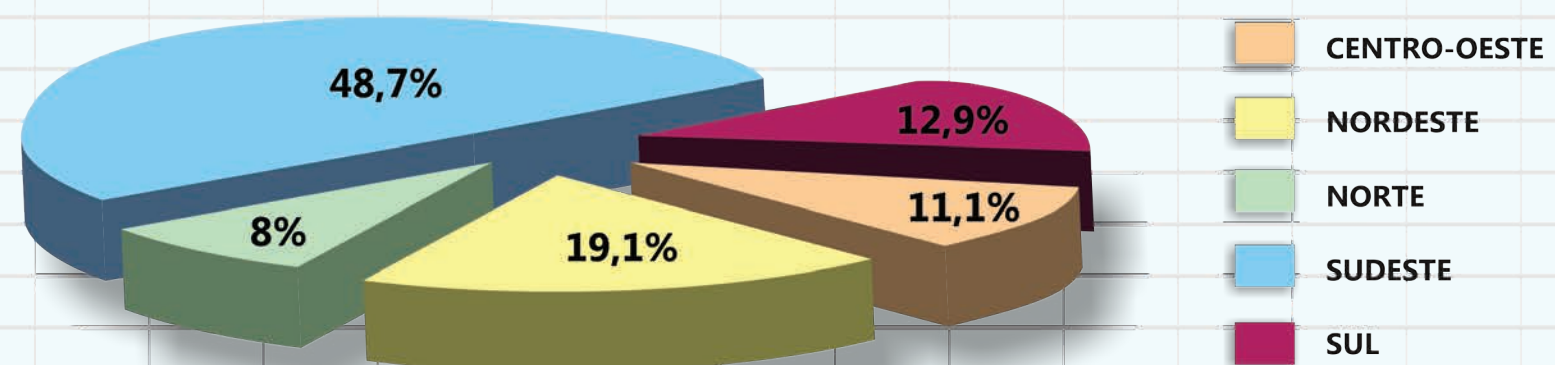


5.4 – Comparativo do Número de Empresas, Trabalhadores e Faturamento, por Região, em %

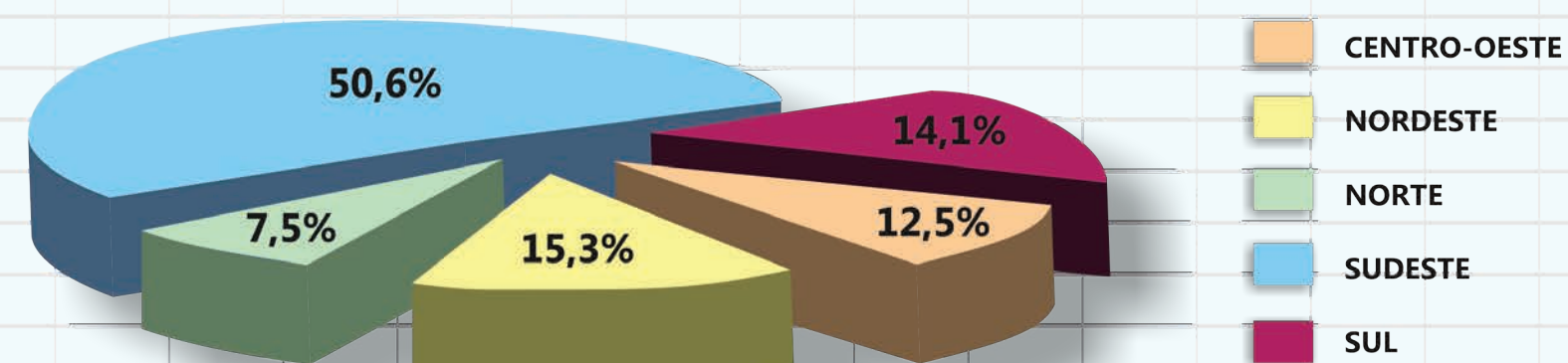
Regiões	% s/ o Total de Empresas	% s/ o Total de Trabalhadores	% s/ o Total do Faturamento
Centro-Oeste	10,5%	11,1%	12,5%
Nordeste	19,6%	19,1%	15,3%
Norte	6,9%	8,0%	7,5%
Sudeste	42,7%	48,7%	50,6%
Sul	20,2%	12,9%	14,1%



Trabalhadores



Faturamento



5.5 – Recolhimentos de Impostos Federais por Região

2012	R\$ 2,9 a 3,0 bilhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 3,4 a 3,6 bilhões / ano	+18,6%

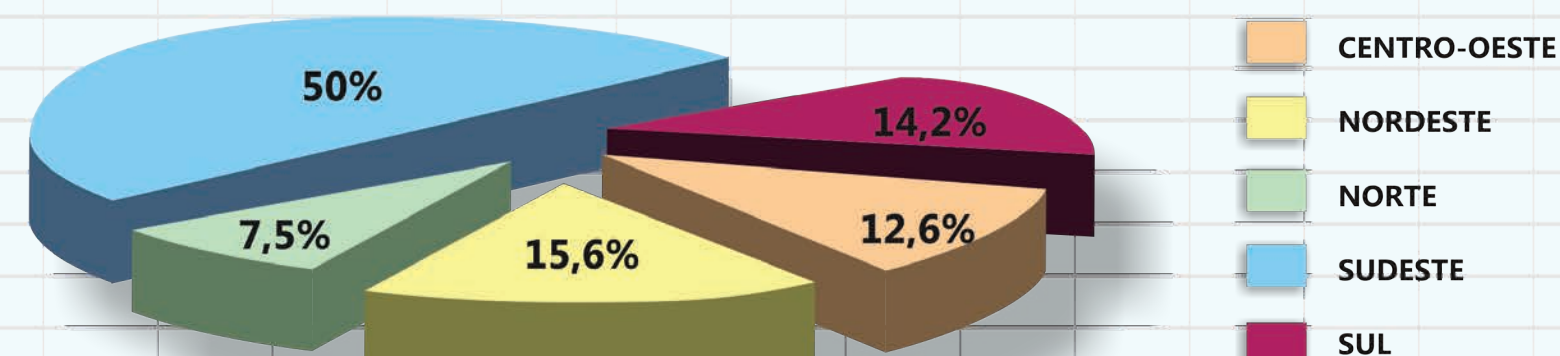
Obs.: Incluso PIS, COFINS, CSLL, e IRPJ.

O setor é grande pagador de impostos Federais e Municipais. Junto com o ISS e os chamados Impostos Trabalhistas (FGTS, INSS e Sistema "S"), contribuiu em 2013 com mais de R\$ 12 bilhões para os cofres públicos, ou quase 29% do seu faturamento bruto. Em comparação com 2012, a carga tributária sobre o faturamento do setor subiu cerca de 1% em 2013.

Recolhimentos de Impostos Federais por Região

Regiões	Participação s/ o Total 2012	Participação s/ o Total 2013	Recolhimento
Centro-Oeste	9%	12,6%	R\$ 425 a 450 milhões
Nordeste	16%	15,6%	R\$ 530 a 555 milhões
Norte	6%	7,5%	R\$ 250 a 265 milhões
Sudeste	52%	50,0%	R\$ 1,73 a 1,85 bilhões
Sul	17%	14,2%	R\$ 480 a 500 milhões

Recolhimentos de Impostos Federais por Região



5.6 – Recolhimentos de Impostos Municipais

2012	R\$ 1,5 a 1,6 bilhão / ano	2013/2012
2013	R\$ 1,8 a 1,9 bilhão / ano	+19,4%

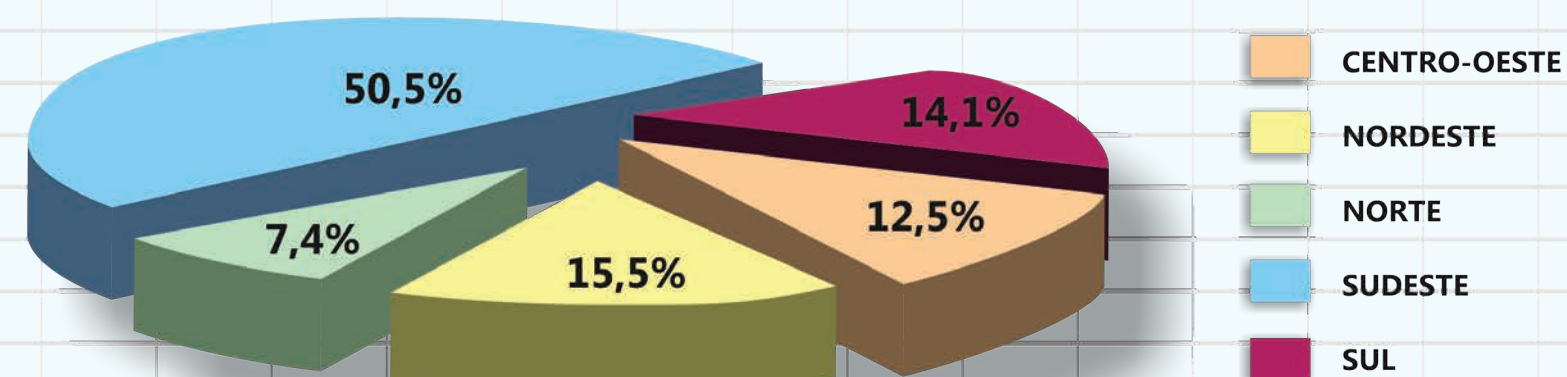
Obs.: Especialmente de ISS – Imposto Sobre Serviços.

Recolhimentos de Impostos Municipais por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Recolhimento
Centro-Oeste	9%	12,5%	R\$ 224 a 237 milhões
Nordeste	16%	15,5%	R\$ 278 a 294 milhões
Norte	6%	7,4%	R\$ 133 a 140 milhões
Sudeste	52%	50,5%	R\$ 912 a 960 milhões
Sul	17%	14,1%	R\$ 253 a 267 milhões

Nota: Existem ainda outras taxas municipais a considerar como IPTU e Taxas de Fiscalização que, assim como o ISS, variam de cidade a cidade.

Recolhimentos de Impostos Municipais por Região





5.7 – Massa Salarial Paga pelo Setor

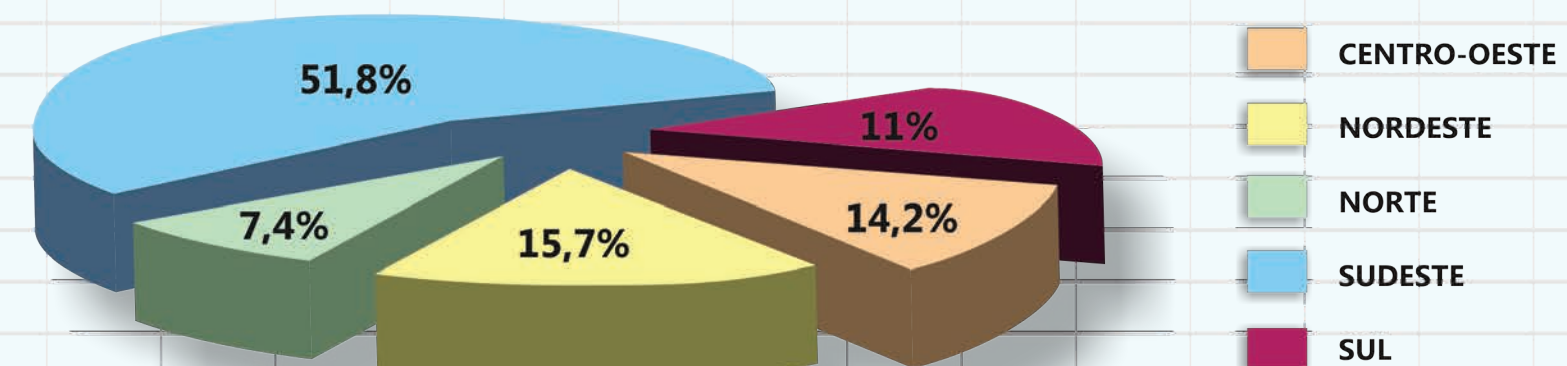
2012	R\$ 12,7 a 13,3 bilhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 16,3 a 17,1 bilhões / ano	+28,5%

Obs.: Incluso Vigilantes (44 hs semanais, 12x36 diurno e 12x36 noturno), Supervisores, Gerentes, Pessoal Administrativo, etc.

Massa Salarial paga pelo Setor por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Massa Salarial
Centro-Oeste	9%	14,2%	R\$ 2,31 a 2,43 bilhões
Nordeste	15%	15,7%	R\$ 2,55 a 2,68 bilhões
Norte	6%	7,4%	R\$ 1,20 a 1,27 bilhão
Sudeste	53%	51,8%	R\$ 8,45 a 8,88 bilhões
Sul	17%	11,0%	R\$ 1,79 a 1,88 bilhão

Massa Salarial paga pelo Setor por Região





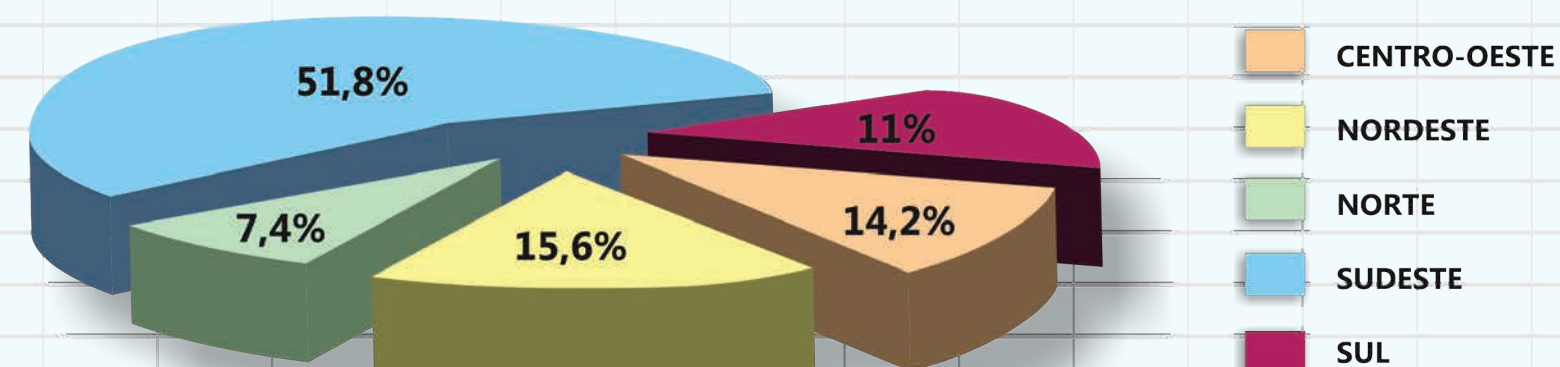
5.8 – Recolhimento para o FGTS

2012	R\$ 1,30 a 1,36 bilhão / ano	2013/2012
2013	R\$ 1,67 a 1,75 bilhão / ano	+28,9%

Recolhimentos para o FGTS por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Recolhimento
Centro-Oeste	9%	14,2%	R\$ 236 a 248 milhões
Nordeste	15%	15,6%	R\$ 261 a 273 milhões
Norte	6%	7,4%	R\$ 123 a 130 milhões
Sudeste	53%	51,8%	R\$ 867 a 908 milhões
Sul	17%	11,0%	R\$ 183 a 192 milhões

Recolhimentos para o FGTS por Região



5.9 – Recolhimentos para o INSS, “Sistemas S”, etc

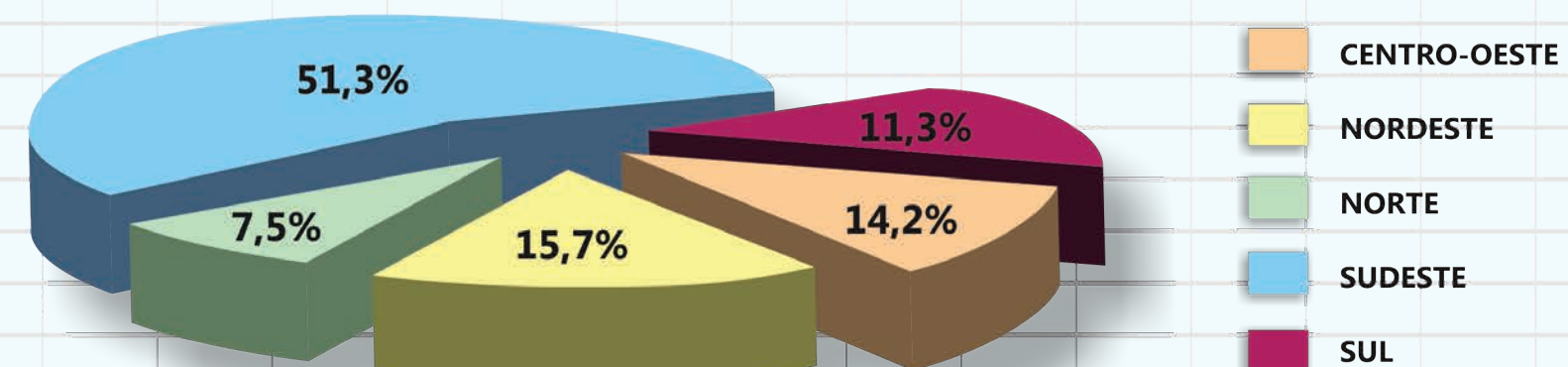
2012	R\$ 4,1 a 4,3 bilhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 5,3 a 5,5 bilhões / ano	+28,0%

Obs.: Somente o valor referente às empresas e incluso o recolhimentos ao INSS, “Sistema S” (Senac, Sesc e Sebrae, principalmente), Incra, Seguro Acidentes de Trabalho e Salário Educação.

Recolhimentos para o INSS, “Sistema S”, etc. por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Recolhimento
Centro-Oeste	9%	14,2%	R\$ 746 a 774 milhões
Nordeste	15%	15,7%	R\$ 828 a 859 milhões
Norte	6%	7,5%	R\$ 392 a 406 milhões
Sudeste	53%	51,3%	R\$ 2,74 a 2,80 bilhões
Sul	17%	11,3%	R\$ 594 a 618 milhões

Recolhimentos para o INSS, “Sistema S”, etc. por Região





5.10 – INDENIZAÇÕES

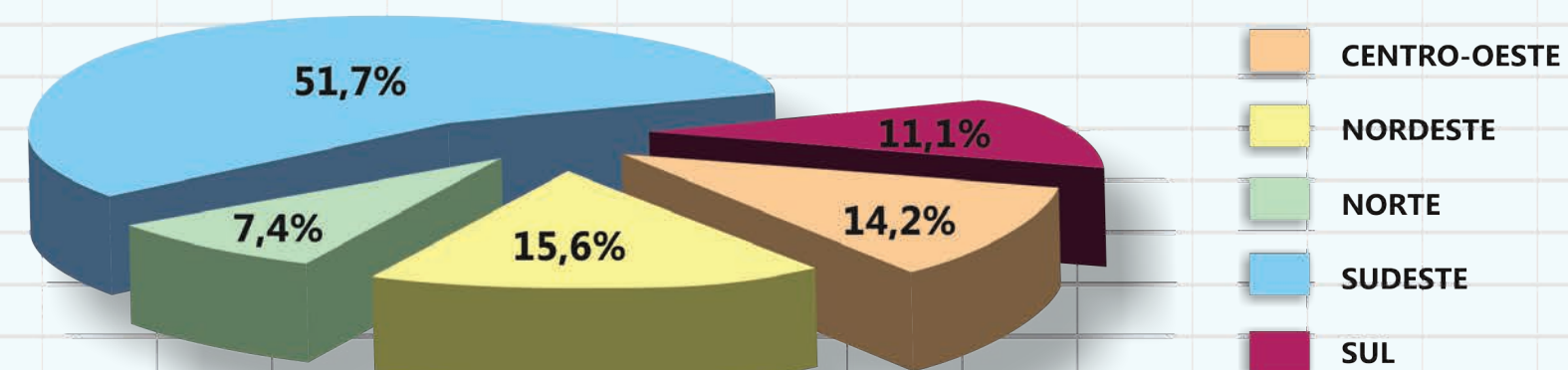
2012	R\$ 1,47 a 1,53 bilhão / ano	2013/2012
2013	R\$ 1,90 a 1,98 bilhão / ano	+29,3%

Obs.: Incluso Rescisão Sem Justa Causa, Aviso Prévio Indenizado e Indenização Adicional.

Pagamento de Indenizações Diversas por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Pagamento
Centro-Oeste	9%	14,2%	R\$ 270 a 280 milhões
Nordeste	15%	15,6%	R\$ 297 a 310 milhões
Norte	6%	7,4%	R\$ 140 a 147 milhões
Sudeste	53%	51,7%	R\$ 0,983 a 1,024 bilhões
Sul	17%	11,1%	R\$ 210 a 218 milhões

Pagamento de Indenizações Diversas por Região





5.11 – Outros Encargos Sociais

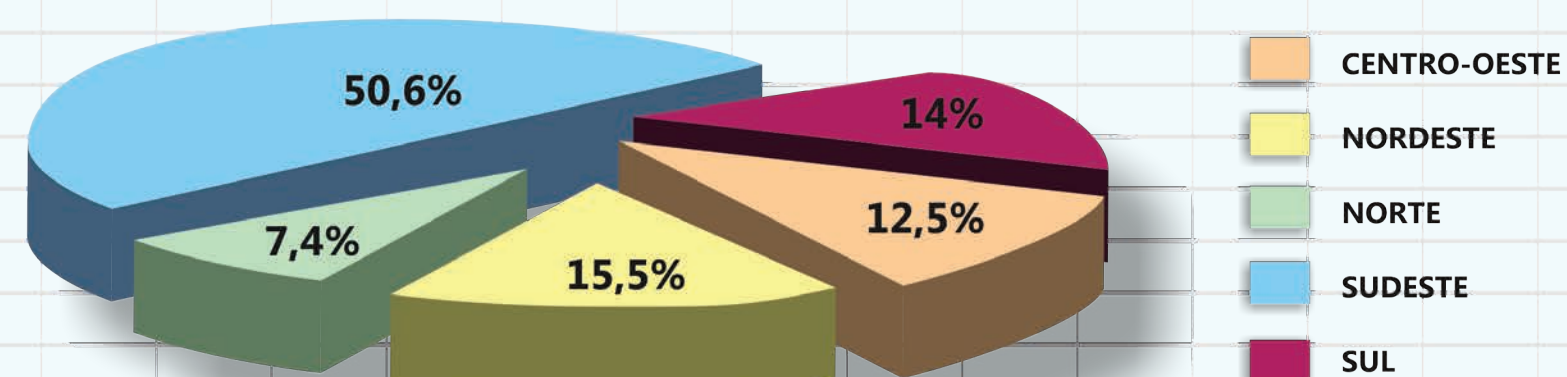
2012	R\$ 1,06 a 1,11 bilhão / ano	2013/2012
2013	R\$ 1,28 a 1,34 bilhão / ano	+20,8%

Obs.: Incluso Aviso Prévio, Licença Paternidade, Auxílio Doença, Faltas Legais e Acidentes do Trabalho.

Recolhimentos de Outros Encargos Sociais por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Pagamento
Centro-Oeste	9%	12,5%	R\$ 160 a 167 milhões
Nordeste	15%	15,5%	R\$ 198 a 207 milhões
Norte	6%	7,4%	R\$ 94 a 100 milhões
Sudeste	53%	50,6%	R\$ 648 a 678 milhões
Sul	17%	14,0%	R\$ 180 a 188 milhões

Recolhimentos de Outros Encargos Sociais por Região



5.12 – Pagamento de Benefício de Alimentação

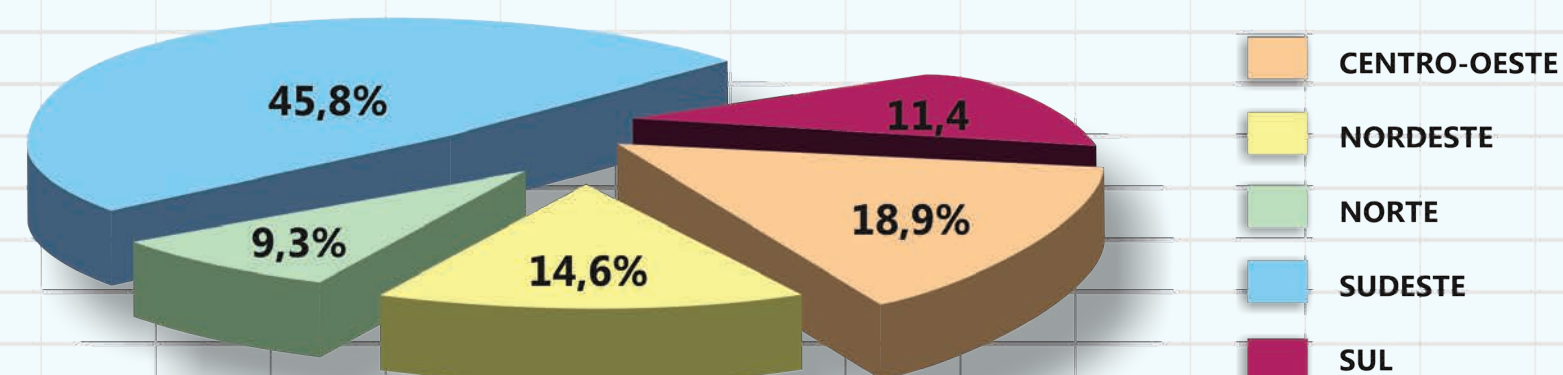
2012	R\$ 1,57 a 1,63 bilhão / ano	2013/2012
2013	R\$ 1,94 a 2,01 bilhões / ano	+23,6%

Obs.: Nos acordos coletivos de alguns Estados, encontrou-se também o pagamento adicional de cestas básicas, que somaram de R\$ 180 a 190 milhões em 2013, e que estão incluídos nos valores acima.

Pagamento de Benefício Alimentação por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Pagamento
Centro-Oeste	11%	18,9%	R\$ 367 a 380 milhões
Nordeste	16%	14,6%	R\$ 284 a 294 milhões
Norte	7%	9,3%	R\$ 180 a 186 milhões
Sudeste	48%	45,8%	R\$ 889 a 921 milhões
Sul	18%	11,4%	R\$ 221 a 229 milhões

Pagamento de Benefício Alimentação por Região



5.13 – Pagamento de Vale Transporte

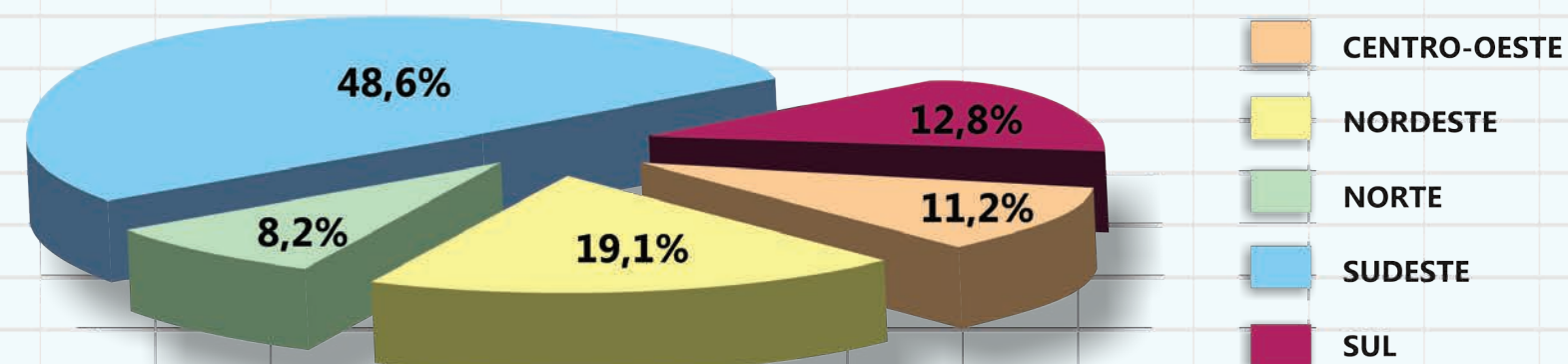
2012	R\$ 650 a 680 milhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 730 a 750 milhões / ano	+11,3%

Obs.: Somente a parte paga pelo empregador.

Pagamento de Vale Transporte por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Pagamento
Centro-Oeste	8%	11,2%	R\$ 82 a 84 milhões
Nordeste	19%	19,1%	R\$ 139 a 143 milhões
Norte	7%	8,2%	R\$ 60 a 61 milhões
Sudeste	50%	48,6%	R\$ 355 a 365 milhões
Sul	16%	12,8%	R\$ 94 a 96 milhões

Pagamento de Vale Transporte por Região



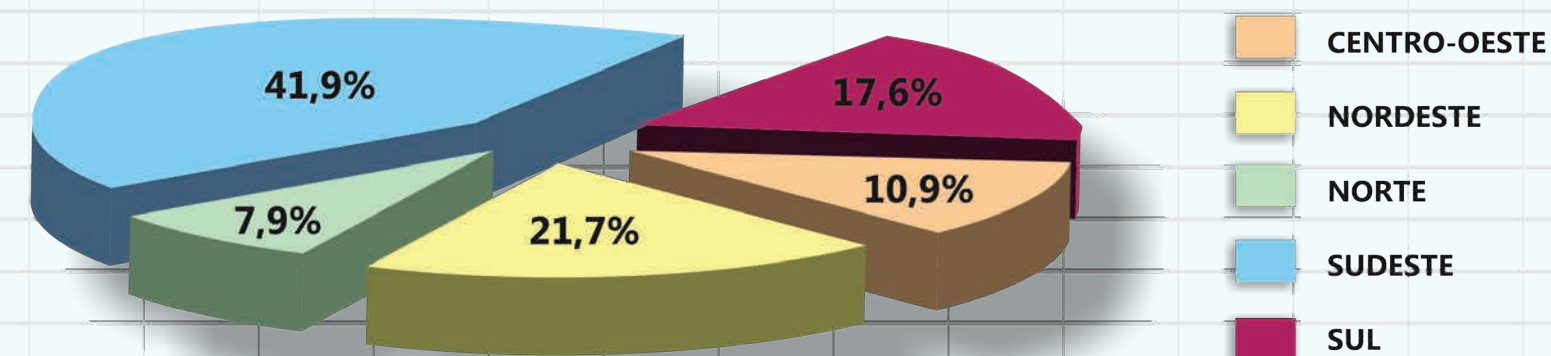
5.14 – Consumo de Uniformes

2012	R\$ 296 a 308 milhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 318 a 331 milhões / ano	+7,4%

Consumo de Uniformes por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Consumo
Centro-Oeste	11%	10,9%	R\$ 35 a 36 milhões
Nordeste	20%	21,7%	R\$ 69 a 72 milhões
Norte	7%	7,9%	R\$ 25 a 26 milhões
Sudeste	45%	41,9%	R\$ 133 a 139 milhões
Sul	17%	17,6%	R\$ 56 a 58 milhões

Consumo de Uniformes por Região



5.15 – Investimentos em Treinamento

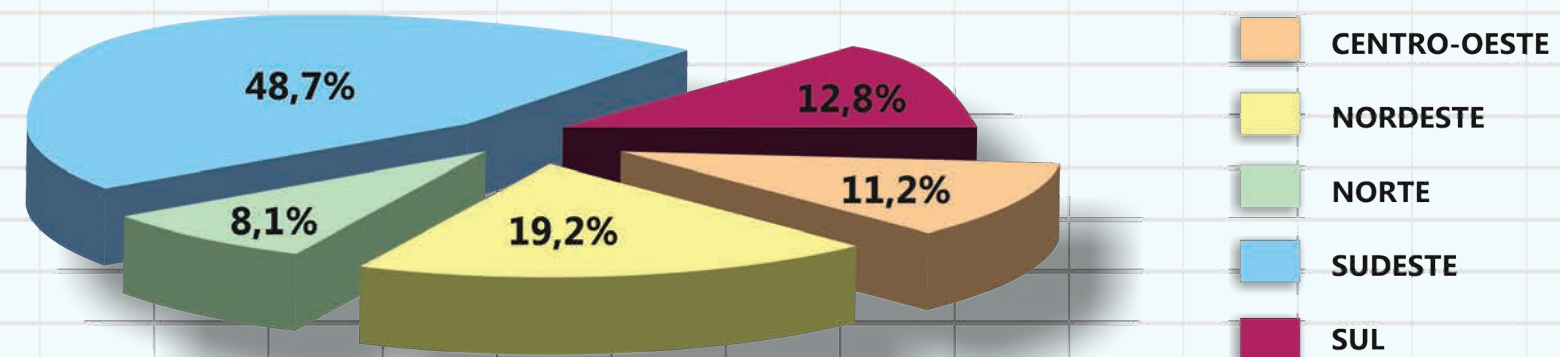
2012	R\$ 132 a 138 milhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 148 a 154 milhões / ano	+11,8%

A carência de mão de obra e a crescente rotatividade explicam estes números. O setor investe fortemente na formação dos vigilantes ao mesmo tempo em que utiliza o treinamento contínuo como ferramenta de retenção de funcionários.

Investimentos em Treinamento por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Investimento
Centro-Oeste	8%	11,2%	R\$ 16,5 a 17,2 milhões
Nordeste	19%	19,2%	R\$ 28,3 a 29,5 milhões
Norte	7%	8,1%	R\$ 12,0 a 12,4 milhões
Sudeste	50%	48,7%	R\$ 72,2 a 75,2 milhões
Sul	16%	12,8%	R\$ 19,1 a 19,9 milhões

Investimentos em Treinamento por Região



5.16 – Pagamento de Assistência Médica

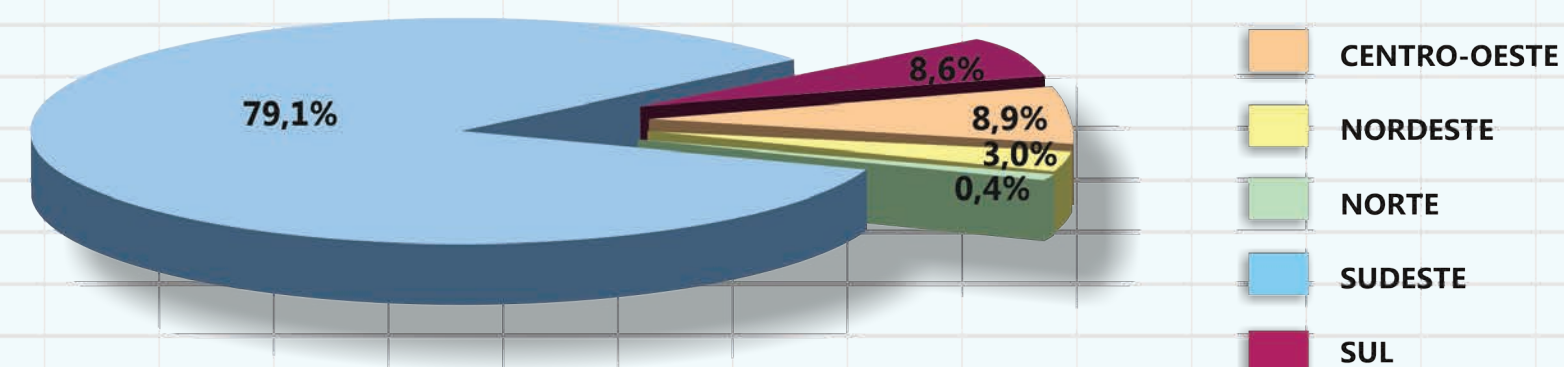
2012	R\$ 265 a 275 milhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 300 a 310 milhões / ano	+13,1%

O fornecimento do benefício de Assistência Médica Complementar é encontrado nos acordos coletivos de alguns Estados.

Pagamento de Assistência Médica por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Pagamento
Centro-Oeste	5,5%	8,9%	R\$ 26,6 a 27,6 milhões
Nordeste	2,7%	3,0%	R\$ 8,9 a 9,2 milhões
Norte	0,2%	0,4%	R\$ 1,2 a 1,3 milhão
Sudeste	83,3%	79,1%	R\$ 237,7 a 245,7 milhões
Sul	8,2%	8,6%	R\$ 25,7 a 26,6 milhões

Pagamento de Assistência Médica por Região



5.17 – Seguro de Vida

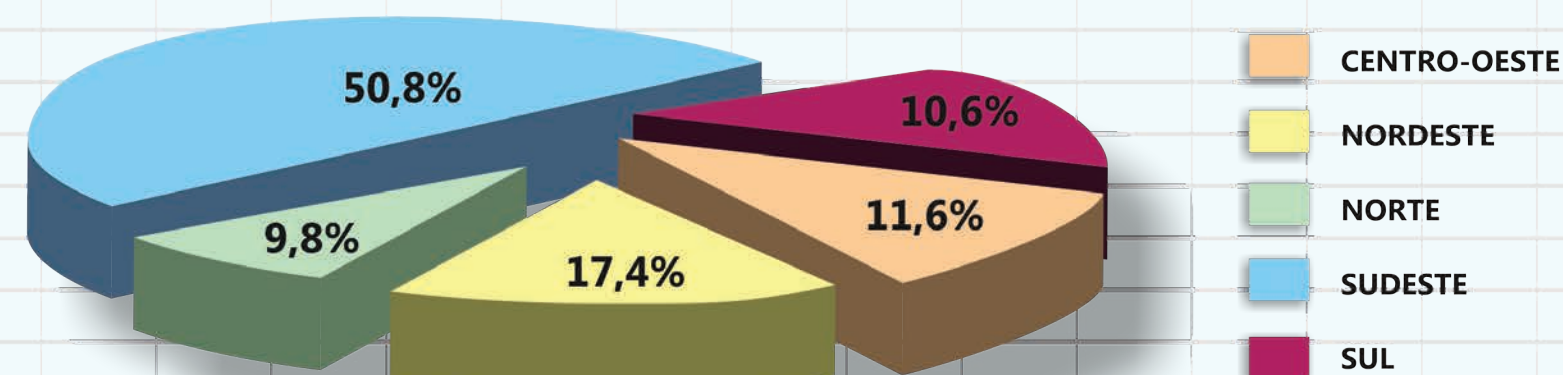
2012	R\$ 61 a 64 milhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 74 a 78 milhões / ano	+21,8%

Todos os Acordos Coletivos contemplam este benefício, cujo valor individual varia por Estado e foi assim considerado para o cálculo total.

Pagamento de Seguro de Vida por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Pagamento
Centro-Oeste	10%	11,6%	R\$ 8,7 a 9,0 milhões
Nordeste	14%	17,4%	R\$ 12,9 a 13,5 milhões
Norte	4%	9,8%	R\$ 7,3 a 7,6 milhão
Sudeste	53%	50,8%	R\$ 37,7 a 39,8 milhões
Sul	19%	10,6%	R\$ 7,9 a 8,3 milhões

Pagamento de Seguro de Vida por Região



Outros dados de relevância para o Setor

5.18 – Despesas Operacionais

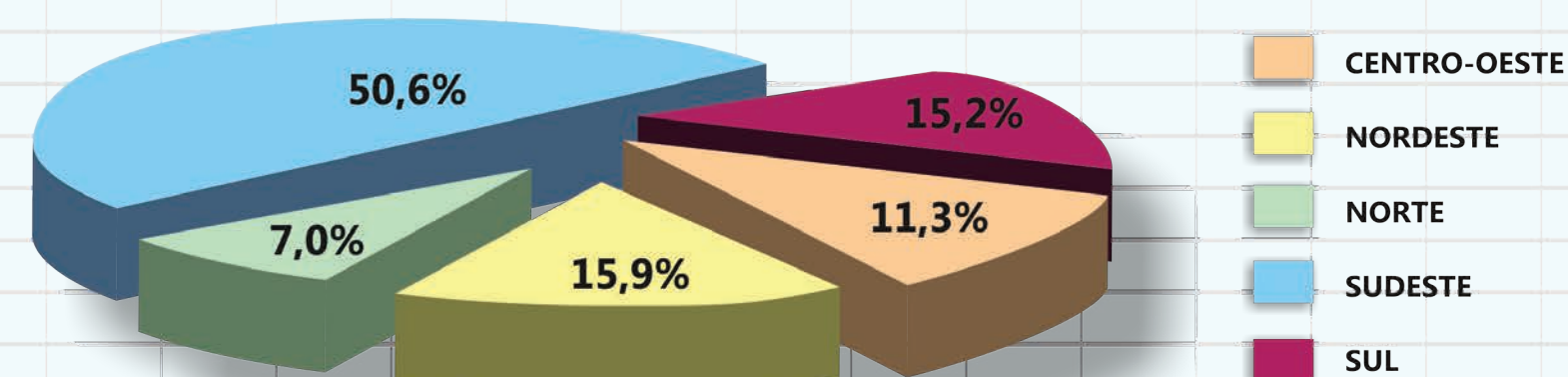
2012	R\$ 3,8 a 4,0 bilhões / ano	2013/2012
2013	R\$ 4,6 a 4,8 bilhões / ano	+20,9%

Obs.: Incluso Equipamentos, Exames Médicos de Saúde Ocupacional, Fiscalização, Reserva Técnica, EPIs, Custo de Reposição da Infra-Jornada etc.

Despesas Operacionais por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total 2012	Porcentagem s/ o Total 2013	Pagamento
Centro-Oeste	9%	11,3%	R\$ 519 a 542 milhões
Nordeste	16%	15,9%	R\$ 723 a 755 milhões
Norte	6%	7,0%	R\$ 320 a 334 milhões
Sudeste	52%	50,6%	R\$ 2,30 a 2,41 bilhões
Sul	17%	15,2%	R\$ 697 a 728 milhões

Despesas Operacionais por Região



5.19 – Armas Letais

De acordo com a Polícia Federal, as armas mais autorizadas para as empresas de segurança privada são:

- Revólver Calibre 32
- Revólver Calibre 38
- Pistola Calibre 380
- Espingarda Calibre 12
- Carabina Calibre 38

Evolução da Compra de Armas Letais - 1990 a 2013

1990	1991	1992	1993
4.281	5.489	9.587	9.929
1994	1995	1996	1997
16.186	28.529	52.400	14.652
1998	1999	2000	2001
8.402	15.318	22.945	22.256
2002	2003	2004	2005
53.343	10.857	9.572	28.712
2006	2007	2008	2009
21.874	27.825	31.185	19.326
2010	2011	2012	2013
32.869	28.905	35.924	27.389

Nota: Os picos de crescimento observados em 1995 e em 2002 refletem o grande número de empresas abertas naqueles anos.

O menor número de novas armas adquiridas em 2013 reflete o baixo crescimento do mercado. A utilização de armas não letais, como "Tasers" e similares, continua crescendo ano a ano, mostrando uma tendência à exemplo do que já ocorre nos chamados mercados mais desenvolvidos e maduros.

Fonte: Diário Oficial da União e Boletins Fenavist - (em unidades)

Evolução da Compra de Armas Letais - 1990 a 2013



5.20 – Munições

Evolução da Compra de Munições - 1990 a 2013

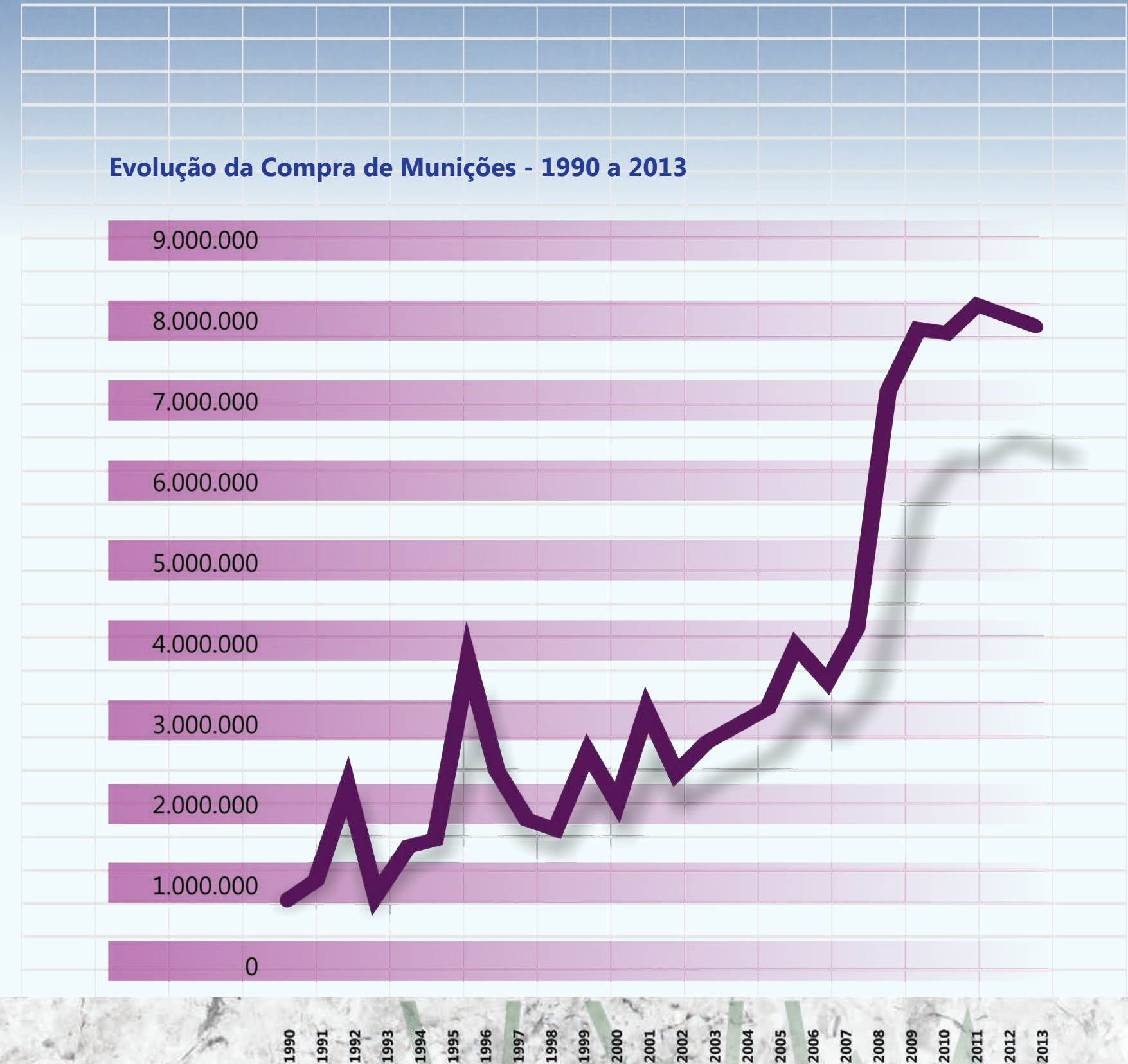
1990	1991	1992	1993
813.383	2.046.583	687.024	1.275.892
1994	1995	1996	1997
1.330.210	3.698.009	2.303.214	1.574.060
1998	1999	2000	2001
1.477.322	2.474.714	1.852.710	3.008.288
2002	2003	2004	2005
2.231.913	2.557.994	2.772.010	3.017.100
2006	2007	2008	2009
3.793.505	3.362.425	4.026.963	7.101.835
2010	2011	2012	2013
7.852.672	7.803.187	8.190.200	7.809.064

Fonte: Diário Oficial da União e Boletins Fenavist – (em unidades)

Nota: O pico de crescimento observado em 1995 reflete o grande número de empresas abertas naquele ano.

A exemplo do observado na compra de armas, também nas munições o menor número reflete o baixo crescimento do mercado.

Evolução da Compra de Munições - 1990 a 2013



5.21 – Carros Forte

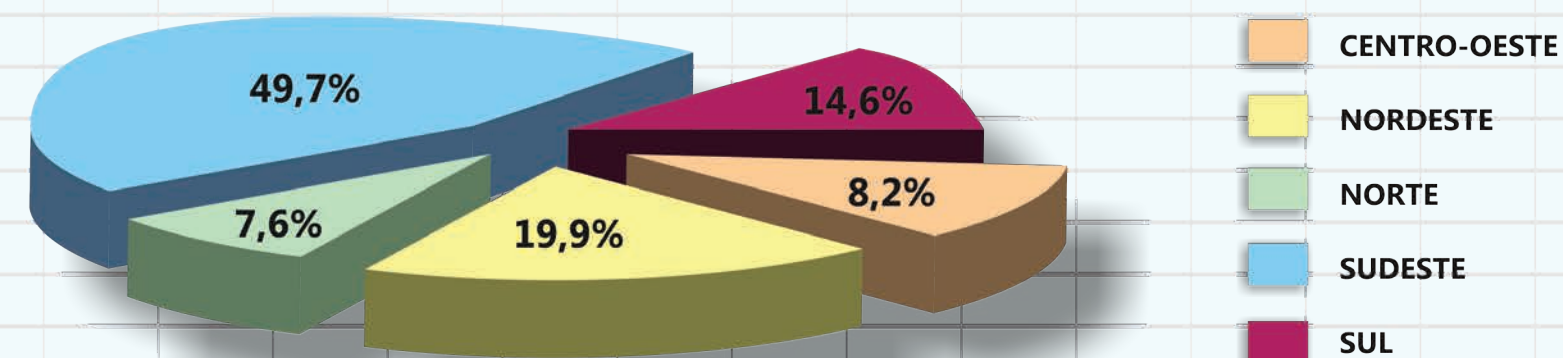
De acordo com a Polícia Federal, as 131 Empresas de Transporte de Valores existentes no mercado no final de 2013, administram uma frota de 4.775 Carros Fortes e 789 veículos leves para o mesmo uso, em todo o País. O número de veículos utilizados é um importante indicador do segmento e em 2013 mostrou um crescimento de 7,5% sobre 2012.

Distribuição dos Carros Forte e Veículos Leves de Transporte por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Quantidade Carros Forte	Quantidade Veículos Leves	Total
Centro-Oeste	8,2%	417	40	457
Nordeste	19,9%	1.021	85	1.106
Norte	7,6%	394	30	424
Sudeste	49,7%	2.216	551	2.767
Sul	14,6%	727	83	810
Totais		4.775	789	5.564

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

Distribuição dos Carros Forte e Veículos Leves de Transporte por Região



Este crescimento, porém não foi uniforme em todas as Regiões do País, como podemos observar na tabela a seguir.



Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

Distribuição dos Carros Forte por Região – 2013 X 2012

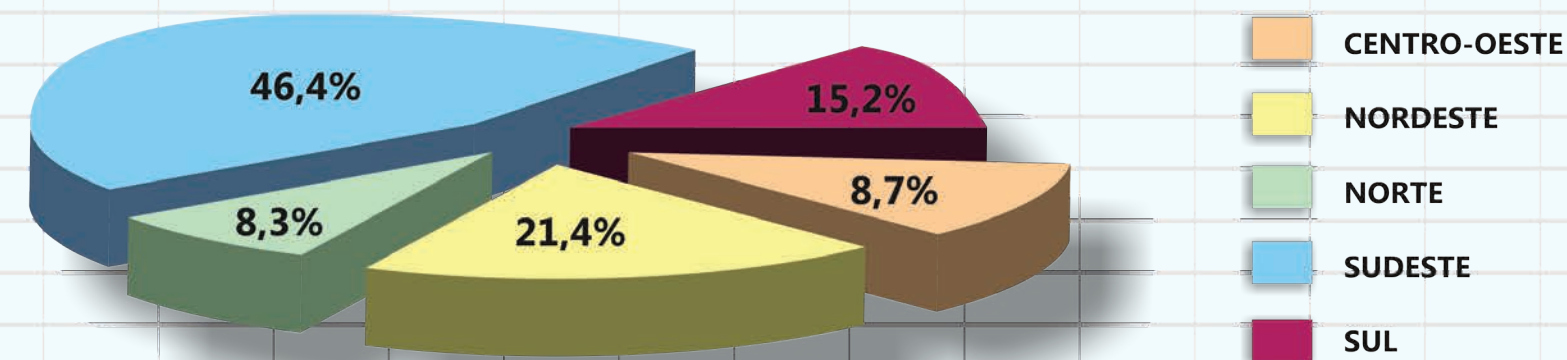
Regiões	Porcentagem s/ o Total	Carros Forte 2012	Carros Forte 2013	2013 / 2012
Centro-Oeste	8,7%	397	417	+5,0%
Nordeste	21,4%	684	1.021	+49,3%
Norte	8,3%	375	394	+5,1%
Sudeste	46,4%	2.274	2.216	-2,6%
Sul	15,2%	712	727	+2,1%
Totais		4.442	4.775	+7,5%

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

A partir do número de Carros Forte é possível fazer uma série de análises sobre a evolução do segmento de Transporte de Valores, considerando sempre as diferenças entre as Regiões e Estados do País. A reorganização do setor bancário, a estabilidade da moeda e a crescente utilização de cartões de débito e de crédito reduziram a frota alocada

para este segmento em alguns mercados nos últimos 8 anos. A maioria das empresas procurou compensar a redução dos seus mercados tradicionais com a prestação de outros serviços como a custódia de valores e documentos e seu processamento, além da gestão, manutenção e abastecimento de caixas eletrônicos.

Distribuição dos Carros Forte por Região - 2013



Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada



Distribuição dos Carros Forte por Estado – 2013 X 2012

Estado	Carros Forte 2012	Carros Forte 2013	2013 / 2012
Acre	24	21	-12,5%
Alagoas	43	39	-9,3%
Amapá	14	12	-14,3%
Amazonas	127	107	-15,7%
Bahia	150	265	+76,7%
Ceará	110	151	+37,3%
Distrito Federal	131	131	=
Espírito Santo	67	77	+14,9
Goiás	128	137	+7,0%
Maranhão	87	88	+1,1%
Mato Grosso	60	85	+41,7%
Mato Grosso do Sul	78	64	-17,9%
Minas Gerais	453	457	+0,9%
Pará	141	173	+22,7%
Paraíba	53	85	+60,4%
Paraná	232	246	+6,0%
Pernambuco	128	189	+47,7%
Piauí	85	106	+24,7%
Rio de Janeiro	445	413	-7,2%
Rio Grande do Norte	12	58	+383,3%
Rio Grande do Sul	316	313	-1,0%
Rondônia	34	41	+20,6%
Roraima	11	12	+9,1%
Santa Catarina	164	168	+2,4%
São Paulo	1.309	1.269	-3,1%
Sergipe	16	40	+150,0%
Tocantins	24	28	+16,7%
Totais	4.442	4.775	+7,5%

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

Na análise por região destaque fica para o Nordeste e grande parte da Região Norte, onde a compensação proporcionada por novos serviços foi somada ao crescimento da renda na região, alavancado principalmente pelos programas sociais do Governo. Praticamente todos os Estados destas regiões apresentaram crescimento substancial da sua frota, mostrando grande vigor na terceirização.

A Região Sudeste, tradicional centro financeiro do País, foi a que mais sentiu a redução da demanda do segmento bancário, apresentando decréscimo da sua frota nos últimos anos. No Centro-Oeste o Estado do Mato Grosso apresentou o maior crescimento, seguido de Goiás. No Sul a velocidade de crescimento reduziu-se de 2012 para 2013, mas no acumulado desde 2005 apresenta importante evolução.

Evolução da Quantidade de Carros Forte por Região – 2005/2013 (Somente Carros Fortes)

Regiões	Participação s/ o Total 2005	Quantidade 2005	Participação s/ o Total 2012	Quantidade 2012	Participação s/ o Total 2013	Quantidade 2013	Evolução 2013 / 2005
Centro-Oeste	6,8%	294	8,9%	397	8,7%	417	+41,8%
Nordeste	16,1%	695	15,4%	684	21,4%	1.021	+46,9%
Norte	3,7%	162	8,4%	375	8,3%	394	+143,2%
Sudeste	62,2%	2.691	51,2%	2.274	46,4%	2.216	-17,7%
Sul	11,2%	487	16,0%	712	15,2%	727	+49,3%
Totais		4.329		4.442		4.775	+10,3%

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

5.22 – Veículos para Escolta Armada e Uso Geral

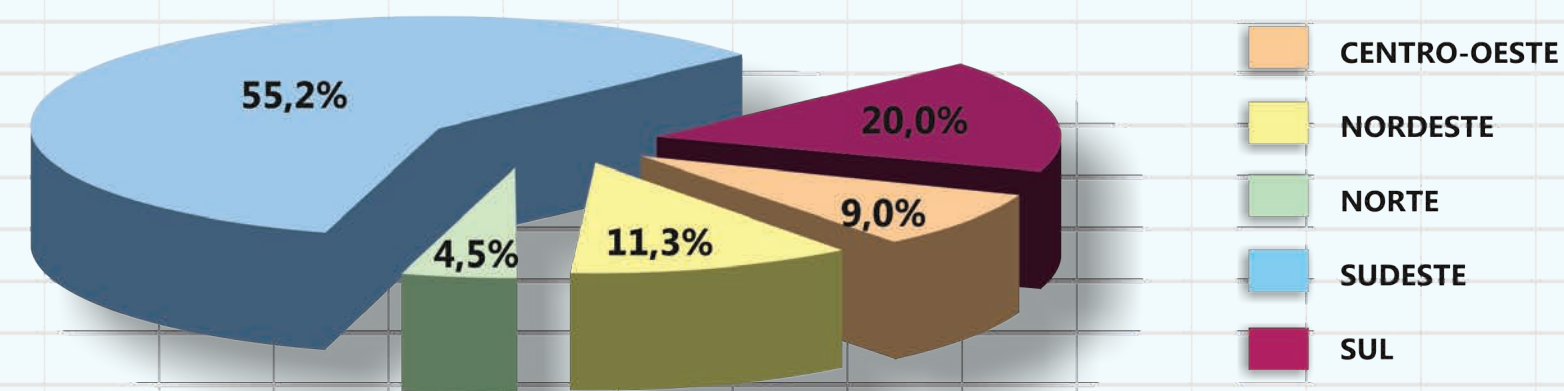
O setor é grande consumidor de veículos para Escolta Armada, Supervisão e uso geral. No final de 2013, a Polícia Federal registrava 3.260 veículos de Escolta Armada mais 6.344 para outros usos, totalizando 9.604 veículos em operação.

Distribuição dos Veículos por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Quantidade de Veículos Escolta Armada	Quantidade de Veículos Uso Geral	Total
Centro-Oeste	9,0%	240	620	860
Nordeste	11,3%	349	741	1.090
Norte	4,5%	143	288	431
Sudeste	55,2%	2.031	3.273	5.304
Sul	20,0%	497	1.422	1.919
Totais		3.260	6.344	9.604

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

Distribuição dos Veículos por Região



Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

5.23 – Cursos de Formação

Um importante recurso do setor, o segmento formado pelos Cursos de Formação de Vigilantes vem acompanhando o crescimento da Segurança Privada e do número de Vigilantes nos últimos anos por todo o País, com destaque para as Regiões Norte e Nordeste.

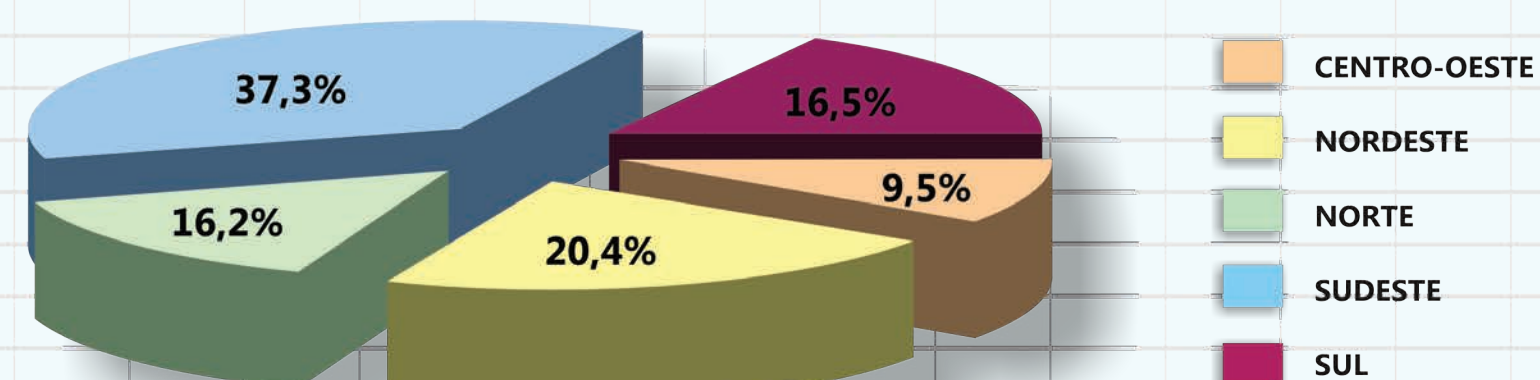
Com crescimento de 36,5% em 8 anos, é utilizado não apenas para a formação de novos Vigilantes, mas também para reciclagem e adaptação às novas tecnologias e equipamentos.

Distribuição e Evolução da Quantidade de Cursos de Formação por Região – 2005/2013

Regiões	% s/ o Total 2005	2005	% s/ o Total 2012	2012	% s/ o Total 2013	2013	Evolução 2013 / 2012	Evolução 2013 / 2005
Centro-Oeste	11,5%	24	9,9%	27	9,5%	27	- 0 -	+12,5%
Nordeste	19,2%	40	20,9%	57	20,4%	58	+1,8%	+45,0%
Norte	13,5%	28	14,3%	39	16,2%	46	+17,9%	+64,3%
Sudeste	38,0%	79	37,7%	103	37,3%	106	+2,9%	+34,2%
Sul	17,8%	37	17,2%	47	16,5%	47	- 0 -	+17,2%
Totais		208		273		284	+4,0%	+36,5%

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada e Fenavist – II e III ESSEG

Distribuição e Evolução da Quantidade de Cursos de Formação por Região – 2005/2013



Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada e Fenavist – II e III ESSEG



sindesp
RO



Impactual

INVISEG
SEGURANÇA PRIVADA



VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

FORTESUL

PROSEGUR



RONDA

*Proteção
Máxima*



FBX
Serviços de Segurança Ltda.

COLUMBIA
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA

6. Metodologia Utilizada



6. Metodologia Utilizada

Todos os dados e estimativas deste estudo referem-se ao ano de 2013

Para os cálculos, utilizamos sempre uma abordagem conservadora, preservando assim uma margem segura de erro e evitando exageros numéricos. A margem de erro estimada neste estudo está entre 5 e 10%, para mais ou para menos, e a porcentagem utilizada para as faixas de valores é de até 2 a 4%.

A maior parte dos dados foi obtida nos arquivos e boletins da Fenavist, no II e III ESSEG e, principalmente, no Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada.

As informações qualitativas foram obtidas a partir dos questionários respondidos por empresários e líderes sindicais de todo o País.

Obs.: Todos os valores de piso salarial e benefi-

cios utilizados neste estudo têm como base os Acordos Coletivos em vigor no ano de 2013.

A seguir detalhamos a metodologia e o roteiro de cálculo de cada um dos dados mencionados neste relatório.

6.1 – Número de Empresas no Setor

Obtido a partir de dados do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro/2013.

6.2 – Número de Empregados no Setor

Obtido a partir de dados do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro/2013.

6.3 – Faturamento do Setor

Fizemos uma estimativa conservadora, utilizando como base os cerca de 625 a 645 mil Vigilantes e o valor máximo por vigilante/mês utilizado nos contratos de prestação de serviço, de acordo com os Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – 2013 (www.comprasnet.gov.br). Os valores foram regionalizados e multiplicados pelo número de Vigilantes em cada Região. Consideramos também os 3 tipos de carga horária – 44 horas semanais (estimados em 20% dos trabalhadores), 12x36 Diurno (estimados em 45% dos trabalhadores) e 12x36 Noturno (estimados em 35% dos trabalhadores).

Obs.: O valor final obtido foi reduzido em 20% para ajustar os valores reais médios cobrados pelas empresas de segurança nos seus contratos de prestação de serviço, nos mercados público e privado.

6.4 – Distribuição do Número de Empresas, Trabalhadores e Faturamento, por Região

A tabela é uma comparação dos dados dos itens 5.1, 5.2 e 5.3. Para as Regiões do País, utilizamos a divisão oficial, como segue:

- Região Centro-Oeste – Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.
- Região Nordeste – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.
- Região Norte – Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.
- Região Sudeste – Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.
- Região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio

6.5 – Recolhimento de Impostos Federais

Utilizamos a alíquota de 8,10% para o cálculo dos impostos federais, de acordo com as alíquotas utilizadas para o setor, conforme abaixo.

Impostos	Alíquota
COFINS	1,65%
PIS	0,65%
CSLL	1,0%
IRPJ	4,8%
Totais	8,10%

6.6 – Recolhimento de Impostos Municipais

Consideramos apenas o ISS e uma alíquota média entre 4,2 e 4,3%, obtida na pesquisa com os empresários e os Sindicatos, calculada sobre o faturamento regionalizado do setor.

6.7 – Massa Salarial Paga pelo Setor

Com base na distribuição dos trabalhadores e de acordo com o piso salarial, adicionais e acordos coletivos em cada Estado da Federação, calculamos primeiramente a massa salarial por Estado e depois os totais regionais e do País. Incluímos 20% no valor final para acomodar os funcionários administrativos, encarregados, supervisores, gerentes etc. Con-

sideramos ainda os vigilantes com escala de trabalho 12x36 (diurno e noturno) e seus adicionais de periculosidade e de trabalho noturno, e multiplicamos por 13,3 meses para contemplar o 13º salário e o adicional de férias.

Também levamos em consideração os vigilantes de transporte de valores e seus pisos salariais e adicionais.

6.8 – Recolhimento para o FGTS

Com base na massa salarial calculamos a alíquota de 8% para o FGTS, mais 2% para incluir a provisão para dispensas, mais 0,24% referentes aos 8% sobre Aviso Prévio, Auxílio Doença, Faltas Legais, Licença Paternidade e Acidentes de Trabalho, conhecidos pelo mercado como "Encargos do Grupo B".

6.9 – Recolhimento para o INSS, “Sistema S” etc

Para o INSS consideramos somente o valor referente às empresas, com uma alíquota total de 28,8% que inclui também recolhimentos para o “Sistema S” (Senac, Sesc e Sebrae, principalmente), Incra, Seguro Acidentes de Trabalho e Salário Educação. Incluímos mais 0,87% referentes aos 28,8% sobre Aviso Prévio, Auxílio Doença, Faltas Legais, Licença Paternidade e Acidentes de Trabalho, conhecidos pelo mercado como “Encargos do Grupo B”.

Obs.: A alíquota utilizada foi obtida a partir do consenso dos empresários participantes na pesquisa.

6.10 – Indenizações

Consideramos um valor de 11,57%, calculado sobre a massa salarial. Sobre este valor também

incide INSS e outras contribuições. Inclui: Rescisão Sem Justa Causa, Aviso Prévio Indenizado e Indenização Adicional.

Obs.: A alíquota utilizada foi obtida a partir do consenso dos empresários participantes na pesquisa.

6.11 – Outros Encargos Sociais

Consideramos um valor de 3,02%, calculado sobre a massa salarial. Sobre este valor também incide INSS e outras contribuições. Inclui: Licença Paternidade, Auxílio Doença, Faltas Legais, Aviso Prévio e Acidentes do Trabalho.

6.12 – Pagamento de Benefício Alimentação

Com base na distribuição regional dos trabalhadores e nos acordos coletivos de cada Estado

da Federação, calculamos o valor total deste benefício, considerando o valor diário do vale refeição, conforme o Estado, multiplicado por 22 dias para os trabalhadores e vigilantes de 44 hs. semanais e por 16 dias para aqueles com escala 12x36.

Nos acordos coletivos de alguns Estados, encontramos também o pagamento adicional de cestas básicas, que somaram de R\$ 180 a 190 milhões em 2013, e que foram somados aos valores totais do benefício, regionalmente.

6.13 – Pagamento de Vale Transporte

Calculado com base na média nacional, de R\$ 5,85 por dia, descontados os 6% pagos pelo trabalhador. Foram considerados 21,41 dias/mês para os trabalhadores e vigilantes de 44 hs. e 15,21 dias/mês para aqueles com escala 12x36. O valor resultante foi multiplicado por 11 meses, para descontar o período de férias.

6.14 – Consumo de Uniformes

Calculado com base nos Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2013, válidos para cada Estado, anualizado e multiplicado pelo número de trabalhadores.

6.15 – Investimento em Treinamento

Calculado com base nos Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2013, válidos para cada Estado, anualizado e multiplicado pelo número de trabalhadores.

6.16 – Assistência Médica

Anualizamos o valor deste benefício, conforme os acordos coletivos de cada Estado da Federação que o inclui, multiplicado pelo número estadual de trabalhadores.

6.17 – Seguro de Vida

Anualizamos o valor deste benefício, conforme os acordos coletivos de cada Estado da Federação, multiplicado pelo número estadual de trabalhadores.

6.18 – Despesas Operacionais

Calculadas com base nos Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2013, válidos para cada Estado, anualizado e multiplicado pelo número de trabalhadores.

Inclui: Equipamentos, como Coletes e Armas, Exames Médicos de Saúde Ocupacional, Fiscalização, Reserva Técnica, EPIs, Custo de Reposição da Intra-Jornada etc.

6.19 – Armas Letais

Análises feitas a partir de informações publicadas no Diário Oficial da União pelo Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2013 e coletadas pela Fenavist.

6.20 – Munições

Análises feitas a partir de informações publicadas no Diário Oficial da União pelo Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2013 e coletadas pela Fenavist.

6.21 – Carros Forte

Análises feitas a partir de informações do

Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2013 e Fenavist – II e III ESSEG.

6.22 – Veículos para Escolta Armada e Uso Geral

Análises feitas a partir de informações do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2013.

6.23 – Cursos de Formação

Análises feitas a partir de informações do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2013 e Fenavist - II e III ESSEG.

6.24 – Fontes das Informações Utilizadas Neste Estudo

- Acordos Coletivos Estaduais – 2013, conforme arquivos da Fenavist
www.fenavist.org.br

- Boletins Estatísticos da Fenavist - 2013
www.fenavist.org.br – Centro Fenavist de Estudos / Estatística

- Confederation of European Security Services (CoESS)
CoESS Facts and Figures – 2011 (o último publicado)
www.coess.eu

- Departamento de Polícia Federal
CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada
www.dpf.gov.br

- Diário Oficial da União
www.portal.in.gov.br

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
www.ibge.gov.br

- FEPASEP – Federação Panamericana de Segurança Privada
www.fepasep.com

- Tabelas de Limite Máximo para Contratação dos Serviços e Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2013
www.planejamento.gov.br

7. A Fenavist



7. A Fenavist

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Fundada em 1º de março de 1989, pelos Sindicatos representantes da categoria empresarial, a Fenavist é uma entidade sindical patronal criada para representar os interesses do segmento de Segurança Privada no Brasil. Sua criação foi a necessidade que o segmento teve de organizar-se e oferecer um trabalho de qualidade e credibilidade, determinado pela Legislação que regulamentou a Segurança Privada no Brasil (Lei nº 7.102/83).

Com sede em Brasília, no centro da Capital Federal, a Fenavist representa cerca de 2.300 empresas, responsáveis pela geração direta de aproximadamente 690 mil empregos diretos. A Fenavist tem jurisdição nacional, sendo também filiada à Confederação Nacional do Comércio,

Bens, Serviços e Turismo – CNC onde seus representantes compõem importantes cargos.

Em parceria com os Sindicatos, Associações e Empresas a Fenavist tem o compromisso de representar os empresários de segurança de forma ampla e transparente, com o objetivo de unir a comunidade de segurança privada no Brasil, prestando serviços e promovendo a modernização e crescimento para a atividade.

Missão da Federação

“Assegurar às atividades de segurança privada melhores condições para gerar resultados positivos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.”

Visão da Federação

“Liderar o segmento empresarial representado com reconhecida influência no desenvolvimento das atividades da segurança privada, da sociedade e dos poderes constituídos.”

Política da Qualidade FENAVIST

A Fenavist tem o compromisso de representar com ética e excelência os interesses da Segurança Privada no Brasil, assegurando sua credibilidade, resultados e sustentabilidade, através de:

- Investimentos constantes na capacitação dos seus colaboradores, diretores e representantes;

- Utilização de recursos tecnológicos modernos;
- Valorização dos profissionais da atividade;
- Participação ativa no cenário mundial;
- Melhoria constante dos seus processos.

A Fenavist tem consciência de seu importante papel no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Sindicatos, das empresas e profissionais de segurança privada do Brasil, na melhoria da segurança da sociedade e no desenvolvimento de ações sociais para a comunidade, e desta forma continuará como referência da segurança privada do Brasil.

Bandeiras da Federação

- . Fortalecimento da representatividade;
- . Gestão pública eficaz;
- . Racionalização dos tributos;
- . Liberdade individual e coletiva na relação de emprego;
- . Combate à informalidade e luta pela longevidade das empresas;

. Integração da Segurança Pública e Segurança Privada;

. Lutar de forma intransigente para soberania da segurança privada nacional.

Confira algumas das nossas ações

- A Fenavist sempre está presente quando a legislação do setor é atualizada.

- A Fenavist vem participando das discussões, elaboração e redação do texto do Estatuto da Segurança para substituir a Lei 7.102/1983.

- A Fenavist sempre esteve a frente das negociações com os trabalhadores em relação as Convenções de Trabalho da atividade de Segurança Privada, que hoje são reconhecidas por trabalhadores, empresas e pelo Ministério do Trabalho.

- A Fenavist atua no combate a clandestinidade com campanhas educativas, apoio as operações realizadas pela Polícia Federal e órgãos públicos, além do esclarecimento junto à mídia. Lançou recentemente, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), o Selo Personalizado e Carimbo Come-

morativo da Campanha: "DIGA NÃO À CLANDESTINIDADE".

- A Fenavist criou o Estudo do Setor da Segurança Privada (ESSEG), o Custo Unitário Básico (CUB), o Estudo sobre Encargos Sociais e o Boletim Estatístico do Setor, ferramentas indispensáveis para o planejamento das empresas.

- A Fenavist foi escolhida pela Polícia Federal, órgão que regulamente o setor, para ser a parceira na divulgação e desenvolvimento da Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP) em todo o país.



Sede da FENAVIST

Localizada no SBS Quadra 2 bloco E salas 1601/1602 - Ed. Prime a sede da Fenavist possui infraestrutura necessária, em todas as atividades Administrativa, Financeira, Comunicação e Estratégicas da Federação.



freelias



SUA EMPRESA SEMPRE SEGURA

em todos os momentos da vida.
plano de saúde, odontológico e seguro de vida em grupo.

**"Corretora de seguros oficial da FENAVIST
para seguro de vida em grupo".**

Para maiores informações:

Tel: 71 **3012-1100** | **3271-5168**

Salvador Trade Center - Avenida Tancredo Neves, 1632, Torre Norte, sl 1306. Caminho das Árvores. Salvador - Bahia

